

# Refugiados, fronteiras e imagem: contributos a partir da etnografia visual

**Adriana Mafalda Quintino Carapeto**

Orientadora: Doutora Maria de Fátima Calça Amante

**Presidente:**

Doutora Maria Celeste Gomes Rogado Quintino

**Vogais:**

Doutora Maria de Fátima Calça Amante

Doutora Tânia Cristina Moreira Ganito

Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Antropologia

Lisboa

2017

[WWW.ISCSP.U LISBOA.PT](http://WWW.ISCSP.U LISBOA.PT)



## **Agradecimentos**

Ao longo desta longa jornada, que agora chega ao fim, foram várias as pessoas que contribuíram com o seu apoio para o desenvolvimento deste trabalho. A todas elas, quero escrever uma palavra de agradecimento.

Aos meus pais, irmã e avó Laura, muito obrigada, pelas palavras de incentivo quando os informei que iria iniciar uma nova jornada, agora na antropologia.

À minha Professora Orientadora Fátima Amante, pela exigência colocada, pelo apelo constante à minha reflexão e toda a ajuda ao longo deste ano.

À Professora Celeste Quintino, pelas suas palavras, sempre de enorme motivação e, também, por todos os ensinamentos ao longo das aulas do primeiro ano do mestrado.

À minha colega e amiga Claudia Favarato, por me ajudar a superar alguns momentos de crise, normais, que acontecem enquanto se está a elaborar uma tese.

Ao André Pimentel por me conceder todos os momentos em que precisei abandonar o trabalho e assim chegar até aqui.

Ao Pedro Garcia por me proporcionar o encontro com a Cristina Garcia da Associação Crescer na Maior.

À Cristina Garcia da Associação Crescer na Maior, por me conceder as condições necessárias para a realização das entrevistas aos refugiados.

Uma palavra de agradecimento aos refugiados, à psicóloga da Associação Crescer na Maior, à fotografa e aos trabalhadores humanitários que colocaram o seu tempo à disposição para a realização das entrevistas.

Ao Pedro, que sempre apoiou este trabalho, revelando interesse e palavras de motivação constantes.

## Resumo

A crise dos refugiados despoletou a corrida às fronteiras por parte dos meios de comunicação social. São estes que, através da sua própria perspetiva, divulgam através de imagens os acontecimentos, criando consequentemente uma representação dos “refugiados” através dessas mesmas imagens. A tendência representativa deste fenómeno assenta numa perspetiva monocular, que influencia a opinião coletiva, vincando a relação entre o “eu” e o “outro”. Uma primeira pessoa fotografa para uma segunda pessoa sobre uma terceira pessoa. Neste sentido, a perspetiva monocular chama à discussão o olhar panótico de Michel Foucault, pois a terceira pessoa, o “refugiado”, é vista sem ter a oportunidade de ver, sem ter a oportunidade de se “defender” da representação que lhe é atribuída. Como consequência, a constante reprodução de imagens torna o fenómeno universal aos olhos de quem as vê. Esta regularidade fomenta a banalização do fenómeno, evocando na opinião coletiva a aceitação e, posteriormente, a perpetuação da *Bare-Life*.

O objetivo da presente investigação é o de, recorrendo à pesquisa etnográfica, identificar as principais características desta representação e aferir da sua coincidência com a autorrepresentação dos refugiados e de outros que estiveram em alguns dos principais palcos da chamada ‘crise de refugiados’.

**Palavras-Chave:** Refugiados; Representações; Antropologia visual; Perspetiva Monocular; Olhar panótico; *Bare-life*.

## **Abstract**

The refugees crisis sparked the eye-light of social communication media on European borders. The latter shoot and publish images of refugees, that boost a social representation of the occurrence. The patterns of representation are underpinned in a public-opinion-influencing monocular perspective, thus deepening the cleavage in the relationship between “us” and “they”. A person A photographs a person C for the sake of a person B.

The monocular perspective recalls Michel Foucault’s “Panopticon”, hence the third person, the “refugee”, is seen with no opportunities to see nor to defend the representation he is attributed. Furthermore, the constant display of migrants’ images make the referred occurrences a universal phenomenon for the viewer, whilst trivializing it and evocating acceptance and perpetuation of *Bare-Life* within the society.

Through the use of ethnographic methods, the research primarily aims to identify the main features of refugees’ social representation. This partial outcome will be bridged with refugees’ own self-representation. Moreover, it will be considered also the representation pictured by workers and volunteers at the European borders, thus the main stage of the actual “refugee crisis”.

**Key-words:** Refugees; Representation; Visual Anthropology; Monocular Perspective; Panopticon; *Bare-Life*.

## Índice

|   |     |
|---|-----|
| Agradecimentos .....  | III |
| Resumo .....  | IV  |
| Abstract .....  | V   |
| Introdução.....   | 1   |
| 1. O tema de pesquisa .....   | 1   |
| 2. O problema de pesquisa e objetivos.....                                      | 3   |
| 3. A Metodologia.....   | 4   |
| 4. Estrutura do trabalho/dissertação.....                                       | 8   |
| Capítulo 1 – Refugiados e Imagem num Contexto de Securitização .....            | 9   |
| 1.1. Imagens .....  | 9   |
| 1.2. Representações .....   | 11  |
| 1.3. Refugiados .....   | 13  |
| 1.4. Perspetiva Monocular.....  | 19  |
| 1.5. Securitização .....  | 22  |
| Capítulo 2 – Refugiados: Construção e Representação Imagética .....             | 32  |
| 2. A Construção da Imagem do Refugiado .....                                    | 32  |
| 2.1. Corpus de Análise.....   | 32  |
| 2.2. O discurso imagético dos refugiados .....                                  | 33  |
| Capítulo 3 – Refugiados no discurso direto .....                                | 41  |
| 3.1. Os refugiados pelos trabalhadores humanitários e outros profissionais..... | 46  |
| 3.2. A autorrepresentação: “fala comigo como pessoa, não como refugiado” .....  | 53  |
| Considerações finais .....  | 55  |
| Bibliografia .....  | 57  |
| Webgrafia .....   | 62  |
| Anexos .....  | 63  |
| Anexo 1 – Tabela de Categorias de Análise .....                                 | 63  |
| Anexo 2 – Guiões de Entrevista .....  | 64  |

## **Introdução**

### **1. O tema de pesquisa**

O trabalho aqui apresentado está inserido no âmbito das representações. Trata-se de uma investigação sobre a forma como os refugiados são representados em imagens fotografadas, num contexto de securitização, por agências de comunicação internacionais e posteriormente disseminadas por jornais portugueses de grande tiragem, entre 2014 e 2016. O meu interesse esteve em compreender, como estas imagens constroem a representação social do refugiado e contribuem para a disponibilidade de inclusão ou exclusão dos refugiados.

Como referido, a pesquisa está inserida num contexto de securitização, que desde o 11 de Setembro de 2001 passou a ser uma tendência universal e deste modo a ter uma especial atenção por parte de vários especialistas das ciências sociais, entre os quais os antropólogos. Posteriormente, os ataques de Madrid e Londres, em 2004 e 2005 respetivamente, vieram reforçar a ideia de que é necessário aumentar a securitização da Europa.

“Refugiado” é um termo que entrou, nos últimos anos, no léxico do quotidiano, tornando-se aparentemente uma condição popularmente entendida. Para isto contribuem, a magnitude dos números, 21.3 milhões de indivíduos, e também a orientação dos fluxos: em direção à Europa. Não obstante o continente europeu ser o destino de uma parte menor de todos quantos procuram refúgio, foi sendo criada a ideia de que se trata de fluxos de tal modo massificados que são incomportáveis para os países europeus.

Estima-se que cerca de 53% dos refugiados que se encontram em todo o mundo vêm, unicamente, de três países: Síria com cerca de 4.9 milhões, seguidamente o Afeganistão com 2.7 milhões e Somália com 1.1 milhões (UNHCR, 2017). Estes números são, em parte, resultado do conflito armado na República Árabe da Síria que já vai no seu quinto ano consecutivo. Como consequência em 2015 foram registados os níveis mais elevados de deslocamento forçado em todo o mundo desde a II Guerra Mundial, com um aumento dramático do número de refugiados, requerentes de asilo e também de deslocados internos (IOM, 2017). Uma outra consequência deste conflito é a relação, por vezes explícita entre imigração, refugiados e terrorismo islâmico. Este aspeto deve-se ao facto de o conflito sírio ter atraído

milhares de combatentes estrangeiros, incluindo cidadãos da União Europeia (UE), titulares de dupla nacionalidade.

Em 2016, a UE experienciou outro ano de intensa pressão migratória nas respectivas fronteiras externas. Contudo e segundo o relatório da análise de risco (FRONTEX, 2017), os estados membros reportaram cerca de 511 000 detenções relativas a passagens ilegais nas fronteiras. Comparando estes dados com o ano de 2015, onde mais de 1 milhão de migrantes chegaram à Europa, considera-se que esta foi uma diminuição significativa. Este decréscimo foi, portanto, consequência da chegada de um número menor de migrantes às Ilhas Gregas devido a formalização do tratado entre a UE e a Turquia em Março de 2016 e, a introdução de medidas de maior controlo nos Balcãs, encerrando efetivamente a respetiva rota. Como resultado desta declaração, os migrantes que chegaram às Ilhas Gregas depois de 20 de Março de 2016 eram retornados à Turquia.

Assim, cerca de 39% do acolhimento está a ser realizado por países localizados no Médio Oriente e Norte de Africa. Sendo que a Europa, até ao momento realizou, unicamente, 6% do acolhimento (UNHCR, 2017). Não obstante, o número de detenções em 2016 continua a ser significativamente superior ao total anual entre 2010 (104 060) e 2014 (282 933). Ainda, durante o ano de 2016, verificou-se um aumento das atividades de contrabando, tanto nas rotas que conduzem à Europa, como na própria Europa. Muitos dos migrantes usaram documentos falsificados, o que continua a ser um constante desafio para as atividades fronteiriças. Paralelamente, o número de migrantes mal documentados na Europa continua a ser considerado uma ameaça interna à segurança da mesma. Todos estes fatores têm assim contribuído para a justificação do aumento da securitização das fronteiras externas da Europa bem como para a legitimação do encerramento de algumas fronteiras internas como é o caso da Hungria e da Eslovénia.

Os desafios relativos à migração por parte da UE e a preocupação dos respetivos estados membros levaram a Comissão Europeia a propor, em Dezembro de 2015, a criação de uma Fronteira e uma Guarda Costeira Europeias. A proposta foi aprovada pelos estados membros e pelo Parlamento Europeu, tendo entrando em vigor a 6 de Outubro de 2016. Esta recente Agência Europeia de Fronteiras e Guarda Costeira, composta por elementos da Frontex e autoridades das fronteiras nacionais têm atualmente, como objetivo principal garantir a segurança, preservando a livre circulação no espaço Schengen, ainda que unicamente dos cidadãos europeus.



## 2. O problema de pesquisa e objetivos

A questão central desta investigação foi pensada com base na reflexão sobre duas questões presenciadas na atualidade. A centralidade das imagens dos refugiados nos nossos dias, decorrente da onnipresença do assunto na comunicação social, desde 2014 e o reconhecimento da importância que as mesmas têm na formação das representações sociais. O tema escolhido para este trabalho, e a sua problematização, estão diretamente relacionados com a minha proximidade e gosto por imagens fotográficas aliada ao meu interesse em desconstruir a representação elaborada em torno do refugiado, pelos meios de comunicação social.

A generalidade das pessoas tomou contacto com a crise migratória através da comunicação social. Não conhecem pessoas que sejam requerentes de asilo ou a quem tenha sido concedido o estatuto de refugiado. A condição e identidade do refugiado é construída a partir do modo como estes lhe são apresentados. Neste sentido, o meu objetivo é o de perceber de que modo se articulam os produtos visuais, a perceção e a representação em torno dos refugiados. Este objetivo materializou-se na seguinte questão: **de que modo os sujeitos refugiados, presentes ou em trânsito, são representados em documentos visuais na era da fortificação da Europa?** A relevância da pesquisa num plano científico, situa-se no poder que a imagem tem no imaginário coletivo e, também, social. Esta questão foi, posteriormente, especificada: a sustentação da imagem que é passada pelos meios de comunicação social na autoimagem dos refugiados e de outros atores que contactam com eles. Deste modo coloquei ainda as seguintes questões:

Existe uma simetria entre a imagem promovida pelos media e a autoimagem dos refugiados? e, De que modo são vistos pelos que trabalham no apoio aos refugiados e outros que, por profissão, com eles se relacionam?

A fundamentação destas questões decorre, em parte, do modo como a revisão de literatura tem evidenciado, por um lado, uma ligação direta entre imagem e construção da opinião pública (Sjöberg & Rydin, 2008) e, por outro lado, da constatação de uma tendência de representação do refugiado como um “mar de humanidade” (Malkki, 1996), negando-lhes uma dimensão de individualidade.

Pretendi, ao longo da pesquisa, através da perspetiva dos que estiveram em contexto de fronteira, trabalhadores humanitários e refugiados, perceber se existe uma incoerência entre aquilo que as imagens mostram e a realidade vivida pelos mesmos.

Para além do contributo científico desta investigação – aumento do conhecimento sobre uma questão premente na atualidade – uma outra finalidade está relacionada com a divulgação na consciência daqueles que interpretam as imagens veiculadas pela comunicação social como uma verdade.

### **3. A Metodologia**

Relativamente às opções metodológicas, a pesquisa foi do tipo qualitativo, adequada, segundo Creswell (2007:184), ao trabalho com dados de texto e imagem. O mesmo autor, recomenda as características da pesquisa qualitativa fundamentadas nas ideias de Rossman e Rallis (1998), afirmando que esta ocorre sempre num terreno natural relacionado com o contexto do seu respetivo objeto de estudo, utiliza múltiplos métodos que são interativos e humanísticos, é emergente ao invés de ser pré-configurada e, por fim, está sempre dependente do olhar do investigador, logo é interpretativa. No mesmo sentido Bernard (2002:440), diz-nos que artefactos e imagens são *textos*; estes vêm até nós “crus”, de forma qualitativa. Assim, podemos estudá-los na sua forma natural ou codificá-los – transformando-os em variáveis – e estudando a relação entre as variáveis. Ambas as abordagens são viáveis à produção de conhecimento, contudo, na presente dissertação, como veremos mais à frente houve a necessidade de codificar os dados recolhidos.

Iniciei a investigação com recurso à pesquisa bibliográfica, pesquisando fontes relevantes sobre o quadro conceptual que sustenta a investigação, designadamente, migração, migração forçada, segurança e securitização, imagem e representação. O trabalho de revisão de literatura foi relevante não só para o entendimento dos conceitos, como no acesso a construções teóricas, empíricas e políticas que diretamente se relacionam com a questão dos refugiados.

Posteriormente procedi a uma análise documental, utilizando um vasto conjunto de fontes secundárias de tipo iconográfico. Os documentos analisados, bem como os critérios que presidiram à sua seleção e integração no corpus de análise, serão descritos com detalhe no capítulo 2, no corpus.

A problemática que defini, inscreveu a pesquisa no âmbito da antropologia visual que é um ramo da antropologia cultural, aplicada ao estudo e produção de imagens, nas áreas da fotografia, do cinema, ou desde os anos 90 aos novos media utilizados em etnografia. Esta, tal como o cinema, nasce na segunda metade do século XIX com a revolução industrial e a “era da

reprodutibilidade técnica” (Ribeiro, 2005). Inicialmente surge como auxiliar de pesquisa documental e de campo, de grupos étnicos e práticas culturais. Tem como mestre contemporâneo Jean Rouch, que em parceria com o sociólogo Edgar Morin inaugura uma reflexão sobre as sociedades complexas, onde a câmara não apenas registou situações, como também criou representações anteriormente inexistentes (Rial, 2003). O objeto da antropologia e do cinema situava-se sobretudo em sociedades, geográfica, física, material e culturalmente distantes das nossas Píault (citado em Ribeiro, 2005). Contudo, ao longo do século XX, a antropologia visual passa a reconhecer a importância da centralidade da imagem como objeto de investigação. Este é um aspeto debatido por Margaret Mead, que criticava o facto dos vários departamentos de antropologia enviarem os seus investigadores para o trabalho de campo apenas com um lápis e um caderno, afetando diretamente o futuro do património antropológico. Diante da imagem, os antropólogos, passaram a dedicar-se à sua decifração pois tal como mencionado por Rial (1995) existem numerosas expressões – na publicidade, no cinema, na televisão – que nós não podemos desconsiderar. Todavia, os investigadores não devem fazer do material visual, o aspeto central do seu trabalho, mas explorar a sua relação em outros sentidos e discursos (Pink, 2001).

Todos os filmes e fotografias são produto da ação humana, sendo deste modo enredados em diferentes níveis das relações sociais. Por conseguinte, requerem um quadro de análise mais amplo no seu entendimento, uma leitura da sua narrativa externa que vai além do que se vê (Banks, 2015). Tendo em consideração o que referi até ao momento, a antropologia visual dá-nos as condições necessárias ao estudo das representações dos refugiados em imagens visuais divulgadas nos jornais e revistas de grande tiragem portuguesas. O sentido do método visual é o uso de outra língua. Ao experienciarmos uma crescente cultura visual dos fenómenos sociais e tendo acesso à cultura pública na rotina diária (jornais, filmes, internet), facilitada por uma democratização do acesso aos meios de produção audiovisual (Martins, 2015), cada vez se torna mais necessário falar de imagens. Os métodos visuais apresentam-se assim como um canal adicional de informação e considero que sejam pertinentes quando o uso da linguagem aparece como restrito.

O último elemento na estrutura operacional de investigação foi a pesquisa etnográfica, materializada na recolha de dados primários através da realização de entrevistas aos refugiados inseridos no programa “É uma vida” da Associação Crescer na Maior. A estrutura metodológica foi completada com a recolha de dados junto de refugiados que estão, neste momento acolhidos na respetiva Associação, com trabalhadores humanitários e ainda junto de uma fotografa

profissional que esteve nas fronteiras marítima e terrestre da Grécia e Macedónia, respetivamente. Considero que, tratando-se de uma investigação antropológica, não obstante o cerne da problemática estar muito relacionado com a representação social a partir dos produtos imagéticos veiculados pela comunicação social, se tornava imprescindível uma incursão *noutro* terreno, estabelecendo contacto direto com sujeitos cuja imagem está aqui em análise. Esta foi a razão pela qual da estrutura operacional da investigação fazem parte estratégias de pesquisa comumente associadas à pesquisa etnográfica, designadamente, a entrevista qualitativa e a observação.

Pink (2001), refere-se à etnografia como um processo de criação e de representação de conhecimento que é baseado nas próprias experiências dos investigadores. Este tipo de pesquisa não pretende conceber resultados objetivos, mas sim uma outra perspetiva sobre o tema, requerendo assim uma abordagem reflexiva e coerente. Ainda, segundo a mesma autora, este tipo de abordagem não deve ter como objetivo a neutralização da subjetividade do tema, mas sim, mante-la como aspeto central da interpretação, da representação e do conhecimento etnográfico. Neste seguimento, Hammersley e Atikson (citados em Amante, 2014), afirmam que não é possível basear a investigação social apenas em dados que não excluam o conhecimento comum. Outro elemento central na análise é o facto de o comportamento e as atitudes variarem com frequência, estando sempre dependentes do contexto e da possível influência do investigador.

De acordo com O'Reilly (citado em Amante, 2014) entre as principais características deste tipo de pesquisa contam-se o facto de ser indutiva-interativa, de utilizar técnicas diferentes de recolha e análise de dados, de privilegiar o contato direto com agentes humanos no contexto das suas vidas diárias, de se basear na observação de acontecimentos, escutando e questionando; de produzir conteúdos escritos e detalhados, de respeitar a singularidade da experiência humana, de reconhecer a importância do papel do investigador, da teoria e das pessoas com quem trabalha, concomitantemente, como objeto e sujeitos de investigação.

Embora a indignação moral se tenha tornado um dos principais recursos aquando da escolha dos temas de trabalho a serem investigados (Fassin, 2008:338), justificando muita investigação com questões de desigualdade, securitização e suas consequências, etc., estou consciente de que existe, nestes casos, uma maior necessidade no que diz respeito à exigência dos métodos que serão empregues, para que não haja confusão entre a interpretação antropológica e a “avaliação moral” daquilo que está a ser estudado. Quanto mais conscientes e críticos das nossas próprias pressuposições morais, maior será o respeito às áreas epistemológicas e a

capacidade de preservar as associações políticas no nosso trabalho científico (Fassin, 2008: 338).

Esta foi uma das dificuldades associadas à realização da investigação. A minha maior dificuldade começou antes de iniciar a pesquisa propriamente dita. O facto de ter pensado no tema, quando este preenchia todos os noticiários e jornais, fez com que este apelasse ao meu lado mais pessoal, tendo inicialmente dificuldades em “vestir” a pele de investigadora. Contudo, progressivamente a revisão de literatura e a posterior reflexão sobre o tema auxiliaram-me no sentido de me situar num campo mais “neutro”, fazendo um esforço no sentido de tentar descolar os vários tipos de julgamento que poderiam ser aqui considerados: humano – moral – e científico.

Posteriormente, outras dificuldades, de tipo diferente, situaram-se ao nível da recolha de dados primários, destacando aqui o agendamento para a realização das entrevistas, com todos os entrevistados. Na maioria das situações, os mesmos mostraram-se indisponíveis, tendo que voltar a remarcar as entrevistas. As dificuldades sentidas nas entrevistas estarão descritas com maior detalhe no capítulo 3.

Finalmente, importa referir, dada a natureza do tema e sobretudo dos sujeitos visados pela investigação, algumas questões éticas se colocaram. Como referido por Amante (2014:14), os problemas e dilemas éticos em campo e fora de campo são uma parte integrante do trabalho de campo antropológico. Existem sempre temas sensíveis aos quais se deve prestar mais cuidado. Assim, no aquando da realização das entrevistas, tive especial atenção a este ponto. Antes de as iniciar reuni com a psicóloga da Associação Crescer na Maior, a qual tem acompanhado os refugiados na sua integração em Lisboa, tentando perceber se havia algum tema mais sensível o qual eu não pudesse tocar. Devido às nossas divergências socioculturais, senti que poderia, a qualquer momento, invadir o espaço dos entrevistados. Frequentemente, antes das questões relacionadas com o nosso objetivo é necessário perguntar ou abordar de uma perspetiva mais pessoal, para que as pessoas se conheçam e se sintam mais confortáveis de ambas as partes. Procurei assegurar a pesquisa em situação de consentimento esclarecido, pelo que iniciei a conversa, apresentando-me e explicando os objetivos do meu trabalho, para que os mesmos pudessem concordar em participar e se sentissem envolvidos e descontraídos em relação à entrevista. Mencionei que os únicos dados que iria usar seriam aqueles relacionados com os meus objetivos. Outro aspeto que considerei importante, foi o de perguntar aos refugiados se podia gravar as entrevistas, tendo o cuidado de explicar que era para finalidades práticas, no

sentido de recolher o máximo de informação possível. Expliquei-lhes, também, que a sua identidade seria protegida, não iria ser revelado o seu nome.

Tal como revelado por Jacobsen & Landau (2003), estudos mais específicos providenciam resultados singulares em relação a determinados temas de pesquisa, não obstante, tais dados são frequentemente assumidos pelos meios de comunicação ou por líderes políticos para representar a totalidade da experiência de uma população de refugiados. Neste sentido, reconheço os limites desta pesquisa e considero que os resultados desta pesquisa devem ser observados, tendo em atenção os objetivos colocados inicialmente, pois só assim fará sentido não só academicamente, como também, aos demais interessados no tema em questão.

#### **4. Estrutura do trabalho/dissertação**

Na primeira parte desta dissertação foi realizada a caracterização e discussão do contexto, a fronteira, no qual se encontram os refugiados da pós-modernidade e as imagens onde a categoria de refugiado e a sua condição é construída, negociada e transformada. Nesta fase, a revisão de literatura foi o recurso mais importante. Numa segunda parte, analítica, foram identificados os rótulos, a linguagem, as histórias, as convicções, as instituições e as práticas que se relacionam com os refugiados e que constituem o universo simbólico de significados no qual as representações dos mesmos se realizam em diferentes níveis interligados. Aqui efetuei uma análise documental, inicialmente uma análise de conteúdo qualitativa e posteriormente uma análise de discurso às imagens. Por fim, na última parte foi realizada a apresentação e a interpretação das imagens visuais implicadas nas representações dos sujeitos refugiados, que constituem os vários campos imaginários e práticas através dos quais os sujeitos refugiados são apresentados, geridos e discutidos. Para tal, recorri ao método clássico da antropologia, a etnografia, particularmente à entrevista com os próprios refugiados e com sujeitos que forneceram informação sobre a sua perceção do refugiado, o modo como o vêem e como a experiência os levou a essa mesma perceção.

## Capítulo 1 – Refugiados e Imagem num Contexto de Securitização

*«As fotografias têm hoje o tipo de autoridade sobre a imaginação que a palavra impressa tinha ontem e a palavra falada anteriormente. Parecem muitíssimo reais.»*

Walter Lippmann (citado em Sontag, 2015:31)

### 1.1. Imagens

Atualmente é difícil imaginar um mundo desprovido de imagens. As imagens têm inúmeras proveniências e propósitos. São uma representação visual, construída por seres humanos e em alguns casos pela natureza, de objetos, seres e conceitos. Podem estar no campo do concreto, quando se manifestam por meio de suportes físicos, como é o caso da fotografia aqui abordada, ou então no campo do abstrato, por meio das imagens mentais dos indivíduos.

A imagem existe desde que os seres humanos a podem conceber, contudo esta nem sempre foi tida em consideração como a base primordial da sua imaginação. Até à invenção da imprensa, as pinturas eram o equivalente à leitura para a maioria dos indivíduos. Não obstante, o monopólio da leitura e da escrita, durante a idade média era reivindicado pela igreja, o que fazia com que a grande massa continuasse iletrada e dependente de imagens. Mais tarde, a invenção da imprensa proporcionou um maior acesso aos livros e a consequência foi um domínio maior da escrita sobre a imagem. As fotos acabavam por se limitar a um carácter ilustrativo, uma evidência de segundo grau, colocadas, geralmente, para apontar elementos mais específicos da geografia ou da cultura material (Godolphim, 1995). A educação e a ciência passaram assim a ter como base o texto escrito.

A imagem volta a ter uma especial relevância com a expansão industrial no século XIX, que segundo Rodrigues (2007), foi uma época exigente à expressão comum de povos que possuíam idiomas diferentes. Por esta altura dá-se também o aparecimento do aparato fotográfico.

A invenção da fotografia foi um dos acontecimentos mais marcantes da nossa história cultural e também social. Esta arte, aparece pelas mãos de Nicephore Niépce nos anos 20 do século XIX, sendo a sua técnica posteriormente aperfeiçoada por Louis Daguerre, que em 1837 cria a máquina a que deu o nome de daguerreótipo (Campos, 2011). A fotografia viria a ser uma das primeiras invenções de alta tecnologia a interessar aos antropólogos (Novaes, 2012), como uma ferramenta indispensável ao seu trabalho. Durante o século XX a imagem começa a ser considerada como auxiliar de pesquisa e é incluída nos métodos de ensino pois até então era

percecionada como uma forma de expressão artística. Ao longo deste século desenvolveram-se técnicas e ideias que levaram a uma maior compreensão da imagem e da sua potencialidade como meio de informação e conhecimento. Como referido por Rodrigues (2007), o uso de imagens, como parte da elaboração de documentos informativos, como os artigos de jornal, aumentou nos últimos anos. Este aspeto esteve diretamente relacionado com o aparecimento e crescimento da tecnologia, sobretudo o aparecimento da fotografia digital e a facilidade de armazenamento destas imagens em locais do ciberespaço. Assim, a imagem expandiu-se por meio de jornais, revistas científicas e de entretenimento, televisão e fotografia. Atualmente, no século XXI, a imagem aparece como uma linguagem universalmente consolidada, não é necessário entender um determinado idioma para “saber” o que se passa do outro lado do mundo. O facto de as fotografias poderem ser armazenadas em determinados bancos de imagens, trouxe algumas preocupações a especialistas de diversas áreas, nomeadamente aos da comunicação social.

Na amplitude do seu sentido conotativo, são passíveis de inúmeras utilizações, no todo ou em parte, para diferentes objetivos, dependendo apenas da contextualização que se dá às mesmas, seja por meio de legendas, títulos, textos ou ainda por pura inserção das mesmas em matérias técnico-científicas ou informativas.

(Rodrigues, 2007)

Na minha perspetiva, esta linguagem universal que advém e é paralelamente fruto da tematização da imagem, pode trazer vantagens a quem “lê” a imagem fotográfica, mas ao mesmo tempo poderá trazer desvantagens a quem está a ser representado pois abre espaços infinitos para inúmeras interpretações. A imagem para além de ser portadora de inúmeros códigos culturais, pode ser resgatada em bancos de imagens, consoante o objetivo de quem a procura e, ser posteriormente reutilizada. Como afirma Rodrigues (2007), no mundo da representação fotográfica, o referente (algo ou alguém), é uma primeira realidade, e a imagem é uma segunda realidade. Sendo a segunda realidade a que é normalmente consumida pelo leitor. Assim, o que vemos não é o objeto representado, mas sim a sua representação, que poderá ou não corresponder com a sua realidade. Seja o que for que ela dê a ver e qualquer que seja a sua maneira, uma fotografia é sempre invisível: não é ela que nós vemos (Barthes, 2015:14).



Recentemente com a tremenda massificação tecnológica, os aparatos fotográficos de grande qualidade aparecem, também, associados a telemóveis. Fotografar um momento e partilha-lo em tempo real tornou-se possível, constituindo-se a fotografia (e todo o audiovisual) como parte do quotidiano e como testemunha, às vezes sem qualquer tipo de contestação por parte de quem a vê. Aquilo que a fotografia reproduz até ao infinito só aconteceu uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente (Barthes, 2015:12).

A polissemia da imagem permite que os seus mais variados significados estejam inseridos em dois grupos designados por *denotativos* e por *conotativos*, como observado por Rodrigues (2007). Assim, tudo o que a imagem representa com certa precisão tem um sentido *denotativo* pois a informação é explícita aos olhos de quem a vê. Esta denotação, segundo Barthes (2014) é a “perfeição analógica”, que para o senso comum, define a fotografia. Contudo e, segundo o mesmo autor, quando descrevemos uma fotografia, por exemplo, já alteramos a sua estrutura, uma vez que uma língua já constitui uma conotação. Assim, a fotografia de uma situação social nunca contém uma mensagem denotativa. A palavra fala da imagem, descreve-a, faz a sua tradução, mas jamais revela a sua matéria visual (Souza, 1998). Assim, quando uma imagem é interpretada num determinado contexto, num sentido figurado e simbólico, é-lhe atribuído um sentido *conotativo*. Aquilo que está representado na imagem tem conotação com o contexto em questão, como no caso específico desta pesquisa, os refugiados são sempre imaginados em campos de refugiados, por exemplo. Neste sentido, e concordando com o que é defendido por Rial (1995), o caminho para uma antropologia visual que se queira contemporânea é o de analisar as imagens que são produzidas constantemente para o consumo de milhares de seres humanos pois considero que as palavras não podem continuar “a ser a moeda de troca das imagens” Davidson (citado em Souza, 1998).

## **1.2. Representações**

Apesar da sua atualidade, a questão do deslocamento massivo de pessoas não é uma novidade na nossa história enquanto seres humanos. Como referido por Amante (2017), “a migração internacional faz parte de um conjunto bastante alargado de movimentos que genericamente, classificamos como mobilidade humana”. Sendo esta uma característica inerente aos humanos, são várias as formas e tipos que pode assumir, tendo o seu conceito de ser constantemente atualizado. Pois este apresenta-se como um fenómeno de várias dimensões: demográficas, sociais, culturais e políticas (Amante, 2017). Em 2015, segundo o site da Organização

Internacional para a Migração (2017), o número de pessoas a viver fora do seu país de origem era de 244 milhões, perfazendo o número mais elevado de migrantes alguma vez registado.

Paralelamente e, como mencionado anteriormente, 2015 foi o ano que também registou os níveis mais elevados de deslocamento forçado em todo o mundo desde a II Guerra Mundial, com um aumento dramático de refugiados, requerentes de asilo e deslocados internos. Contudo, e como referiu Said (1994), “o asilo é irremediavelmente secular e insuportavelmente histórico: é produzido por seres humanos para outros seres humanos”. Se o “colocarmos em justaposição com o rápido fluxo de imagens, textos e sensações mediatizadas, temos uma nova ordem de instabilidade na moderna produção de subjetividades” (Appadurai, 2004:15). Neste momento as imagens desempenham um papel crucial, determinando a forma em como construímos a nossa representação da realidade (ou do que julgamos que esta seja), pois a informação que nos é fornecida depende cada vez mais de imagens (Wright, 2000). A criação de qualquer imagem está sempre vinculada a uma causa ou a um fim específico, seja ele religioso, político, ideológico, publicitário, educacional, informacional ou artístico (Rodrigues, 2007).

Estando os conflitos sociais e políticos cada vez mais presentes nos media (Kellner, 2005), a cultura popular tem sido o elemento chave em promover a cultura do medo e a popularização das atitudes hostis dos refugiados (Zembylas, 2010). Assistimos assim a uma crescente manipulação dos medos sociais que contribuem para diabolizar todos aqueles que são percecionados como estranhos (Santinho, 2013). Como observado por Martins (2013) as recentes tendências sociais e audiovisuais como a “facebookização” e o “sobretelevisionamento” dos detalhes quotidianos das vidas individuais e familiares, não só expõem os indivíduos como também é possível assistir à sua própria produção identitária individual e coletiva em processos mediatizados. Assim, esta “cultura visual” expõe o poder que a imagem e os media audiovisuais detêm no modo como nos relacionamos quando construímos o significado (Campos, 2011). Oferecem, portanto, a possibilidade da construção de “Eus” imaginados e de mundos imaginados (Appadurai, 2004:14). Quando paramos para pensar sobre o quanto do nosso conhecimento do mundo é derivado de imagens, verificamos também que há pouca compreensão geral sobre como as imagens visuais comunicam esta informação (Wright, 2000). *As imagens não mentem*, poder-se-á afirmar (Campos, 2011). Assim, é preciso entender a representação imagética enquanto produto cultural de uma sociedade, com múltiplas diferenciações entre diversos grupos culturais Lopes (citado em Rodrigues, 2007).

Na obra de Michel Foucault (1979), os sujeitos são produzidos em e por relações de poder, encarnando e experimentando as relações sociais de que são produtos. E como argumenta Butler (citado em Sigona, 2014), o sujeito “nunca está totalmente constituído, está é repetidamente constituído”. A este respeito, as narrativas sobre refugiados são produzidas dentro de um conjunto de discursos e relações de poder pré-concebidas. A representação que é feita dos refugiados nos media pode ser vista como um exemplo do que Bourdieu (citado em Sjöberg & Rydin, 2008) chama de “violência simbólica”, a forma como a comunicação é usada como uma forma de poder, reforçando a discriminação de um determinado grupo, por exemplo. Ou seja, a possibilidade dos diferentes media influenciarem as opiniões, os valores e as perceções que as pessoas têm da realidade pois, a fotografia é como uma citação, uma máxima ou um provérbio (Sontag, 2015:28).

Têm sido várias as pesquisas realizadas sobre os media e a forma como estes representam as minorias, contudo e especificamente no que diz respeito aos tópicos relacionados com migrações e refugiados, a maioria dos estudos têm origem britânica ou americana (Vicsek, Kezsi & Márkus, 2008), considero então que esta pesquisa poderá oferecer outra perspetiva.

### **1.3. Refugiados**

Os fluxos de refugiados e o deslocamento humano têm sido, paralelamente, uma característica e uma consequência de conflitos dentro e entre sociedades. Os refugiados são uma criação do século XX (Said, 1994). A palavra “refugiado” tornou-se política sugerindo nos imaginários, grandes grupos de pessoas a cruzar fronteiras e a necessitar de ajuda internacional. Como fenómeno de massa, o seu aparecimento culminou com o término da Primeira Guerra Mundial (Agamben, 2008), quando a queda dos Impérios Russo, Austro-Húngaro e Otomano, juntamente com a nova ordem criada pelos tratados de paz, perturbou profundamente a constituição demográfica e territorial da Europa Oriental. Alguns anos mais tarde, as leis raciais na Alemanha e a guerra civil Espanhola dispersaram por toda a Europa um novo e significativo contingente número de pessoas. Mas só a Europa emergente da II Guerra Mundial fez aparecer uma nova categoria política e social, a do refugiado (Malkki, 1995), que segundo a *Convenção de Genebra de 1951* é:

“Temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país da sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção desse país, ou que se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele”

De acordo com o especialista em Direitos dos Refugiados, Goodwin-Gill (citado em Haddad, 1994) “o propósito primordial de qualquer definição ou descrição da classe de refugiados é facilitar e justificar o auxílio e a proteção”. Contudo, a definição citada acima inclui um critério importante que exclui um grande número de pessoas deslocadas no mundo. Para se inserirem no âmbito da proteção do regime internacional dos refugiados, tais pessoas devem cruzar a fronteira do seu país de nacionalidade ou residência habitual, excluindo assim aqueles que permanecem (Newman, 2003). A condição de refúgio tem de estar, portanto, ao abrigo de um estado que não o de origem. Todavia, existe, para os que se deslocam de modo forçado, dentro do seu próprio país, a designação de deslocados internos, cujos números também são impressionantes. Segundo o site do Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados considera-se que, em meados de 2014, havia uma estimativa de 26 milhões de deslocados internos no mundo inteiro, espalhados por 28 países, sendo a Síria, a Colômbia e a República Democrática do Congo os três países com maior número de deslocados internos.

Malkki (1996) observa que a condição de refugiado é geralmente percebida de forma pejorativa, sendo que nunca é valorizada no que diz respeito ao aspecto social da pessoa. Paralelamente, muitos governantes de estado vêem o refugiado e os requerentes de asilo de forma bastante negativa, como uma ameaça à coesão social e à empregabilidade e, ao mesmo tempo, como uma ameaça de insurgência e terrorismo (Newman, 2003). Há uma orientação para generalizar esta condição como uma história única. Os refugiados já não representam casos individuais, mas sim um fenômeno de massa (Agamben, 2008).

Primeiro há uma tendência para assumir que existe um tipo de pessoa que pode ser chamada de refugiado e que este mesmo tipo de pessoa pensa e sente de uma forma particular. Segundo, “estas pessoas” são “todas vítimas”. Terceiro, o discurso deverá ser sempre adaptado ao dos direitos humanos. E, finalmente, que, apesar das

trajetórias políticas, históricas e pessoais envolvidas no deslocamento dos diferentes locais ao redor do globo, a condição de refugiado pode ser caracterizada por uma narrativa padrão: perseguição, voo, exílio e, finalmente, resgatar e restabelecer.

(Szörényi, 2006)

Existe uma tendência para universalizar “o refugiado” como um “tipo” especial de pessoa, não só numa representação textual, mas também na sua representação fotográfica (Malkki, 1995). Ser refugiado é constantemente visto como uma condição temporária, resolvida pela repatriação ou naturalização (Hall, 2012). Tal como referido por Sigona (2014), os diferentes estudos sobre refugiados mostram como as organizações humanitárias frequentemente recorrem a um vocabulário de trauma e vulnerabilidade para descrever a condição do refugiado. Esta moldura discursiva opera em conjunto com outras formas de intervenção, como os media, produzindo os refugiados como uma categoria universal e sem história. Começando pela definição institucional do refugiado, descrita acima, esta é de facto logo relacionada com características espaciais específicas, como as fronteiras e os lugares de transição. Harrell-Bond & Voutira (1992) afirmam que a codificação que se mantém na definição do ‘refugiado’, é de “imagens de dependência, desamparo e miséria”. Aspetos anteriormente sublinhados por Barry Stein (1981) ao afirmar que existe o estabelecimento de um ciclo vicioso onde os “refugiados são ajudados porque estão abandonados, devendo constantemente mostrar a sua necessidade de abandono”. Rial (2003), refere que a câmara tem o poder de criar o acontecimento. Na ausência de manifestação, a câmara a gera; a sua presença cria a performance, fazendo com que a multidão atue como esperado.

Soguk (citado em Haddad, 2004) sublinha que:

Quando um refugiado parece exibir algum sinal de agência no discurso, seja como uma espécie de ameaça ou como alguém cuja agência se manifesta na sua vontade de movimentar o seu corpo, quase não figura como pessoa, mas faz parte de uma massa amorfa sem rosto e sem palavras.

Aspetos destacados anteriormente por Malkki (1996), que diz que a universalização de pessoas deslocadas em “refugiados”, não tendo em consideração as suas especificidades políticas,

históricas e culturais, as práticas humanitárias tendem a silenciá-los. Eles são consignados “a mudos e sem rosto” Rajaram (citado em Sigona, 2014), e negados ao direito de apresentar narrativas que possam perturbar “a verdade” dominante sobre o asilo (Sigona, 2014). Assim, o refugiado apresenta-se como o seu próprio meio e fim, uma vez que é a imagem do refugiado por si só que trará o financiamento para os programas humanitários que lhe permitirão assistência e proteção Harrell-Bond, Voutira & Leopold (citado em Haddad, 2004). Sem essa representação, não haveria uma “justificação” para o apoio humanitário, visto que “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizadas por imagens (Debord, 2003:14).

Neste seguimento, é a imagem que emoldura o pensamento coletivo, uma vez que as representações tidas como garantidas pela sociedade emergem de uma “cultura visual”, já mencionada anteriormente. Todavia, tal como referido por Sontag (2012:31), as fotografias nada podem explicar, são inesgotáveis convites à dedução e especulação. No mesmo sentido Rial faz referência aos imaginários e às imagens: a proximidade destes dois termos não é meramente etimológica, está relacionada com o papel central que as imagens têm na sociedade contemporânea (Rial, 1995). Uma moldura que tenta fazer visível, não só os refugiados como também as suposições em torno dos mesmos (Szörényi, 2006), já que, muitas das fotografias que vemos de refugiados obedecem a um padrão pré-estabelecido (Wright, 2000). Numa era de sobrecarga de informação, a fotografia fornece um meio rápido de apreender uma coisa e uma forma compacta de memorização (Sontag, 2015: 28). Este padrão que influencia a percepção que a sociedade tem como garantida sobre os refugiados delimita ainda mais a relação entre o “eu” e o “outro”. A fotografia nunca é mais do que um canto alternado de «olhe», «veja», «qui está»; ela aponta com o dedo um certo frente-a-frente (Barthes, 2015: 13). Gupte & Mehta (2007) argumentam que os rótulos criam de forma inerente divisões e que existem claras construções ideológicas entre o “nós” e o “eles”. O “refugiado” é uma figura que é sempre imaginada numa situação peculiar, em contexto de fronteira (Szörényi, 2006) e que segundo os media estão sempre ligados a questões com conotação negativa (Vicsek, Keszi & Márkus, 2008). No imaginário coletivo, construído através das narrativas dos media, os refugiados e os requerentes de asilo são normalmente associados a lugares temporários como centros de detenção (Borri, Orria & Vailati, 2014). Assim, os média constroem uma relação com o outro de extrema distância (Rial, 2003).

Esta reprodução de imagens, por um lado pode denunciar a situação atual destas pessoas, contudo providencia uma “evidência” visual de ideias que identifico como problemáticas – por

exemplo a sugestão de que a condição de refúgio consiste em ser passivo, calado e visualmente anônimo (Szörényi, 2006). Esta catalogação, não abrange uma identificação das pessoas na sua individualidade, mas sim na coletividade. É como se a sua identidade fosse unicamente coletiva, coletivamente de refúgio, sem qualquer particularidade por parte de quem a vive. Os refugiados deixaram de ser pessoas específicas e tornaram-se, no geral, vítimas: homens universais, mulheres universais, crianças universais, em conjunto, famílias universais Barthes (citado em Malkki 1996). Gupte & Mehta (2007) afirmam que ao rotular sem ter em consideração os aspetos individuais, corremos o risco de descontextualizar o sofrimento dos refugiados, negligenciando assim os aspetos sociais e culturais.

A singularidade de uma imagem, que representa a vida, dos refugiados, rapidamente é assumida como algo comum e como parte do mundo em que vivemos. Tal como mencionado por Liisa Malkki (1996) as convenções visuais que representam os refugiados e a linguagem crua das necessidades humanas têm um efeito de construir o refugiado como uma presença meramente biológica e demográfica. O que estas práticas representacionais fazem é humanizar num modo particular, criando uma humanidade simples, nua, vazia ou mínima. Aqui o paradoxo é que precisamente a figura que deveria ter encarnado os direitos humanos mais do que qualquer outra - ou seja, o refugiado - marcou em vez disso as crises radicais do conceito (Agamben, 2008). Neste sentido o conceito de *Bare-life* sugerido por Giorgio Agamben, pode ser chamado à discussão. A lógica da exceção soberana juntamente com o Estado-Nação possibilitou o surgimento do refugiado e do campo, onde o aparecimento da *Bare-Life* se torna possível (Bousfield, 2005). Hall (2012), refere que os campos não têm como objetivo matar as pessoas, mas sim reduzi-los à *Bare-Life*, impedindo-os assim de reivindicar os seus direitos como cidadãos. Ou seja, os ambientes sociais estabelecem categorias de pessoas que têm probabilidade de serem nelas encontradas (Goffman, 1980). As imagens que vão sendo registadas e transmitidas pelos *media*, acabam por induzir a sociedade ao que Georg Simmel chamou de atitude *blasé*, uma certa indiferença por parte da sociedade anfitriã que advém da reprodução constante de imagens. Rapidamente também se relaciona esta situação, entendendo que está evocada pela sociedade uma certa *banalidade do mal* evidenciada por Hannah Arendt, em que o mal banal se caracteriza pela ausência de pensamento. Essa ausência provoca a privação de responsabilidade (Da Mata, 2012).

Ao mesmo tempo que os fotógrafos organizam as suas imagens para que estas possam produzir certos significados e códigos sociais, os assuntos que fotografam raramente estão situados em espaço neutro. Para efetiva compreensão, o leitor da imagem irá buscar à sua memória visual e

à sua concepção do mundo elementos de equivalência para chegar a uma determinada interpretação Lima & Silva (citado em Rodrigues, 2007). O assunto do refugiado, por si só, já tem um *estigma* agregado, pois estes não são os primeiros refugiados da história, como observámos anteriormente. A palavra “refugiado” não evoca apenas qualquer pessoa que tenha procurado refúgio ou asilo, mas sim, um “tipo” de pessoa (Malkki, 1995). Zetter (1991:44) sublinha que rotular é um processo de *estereotipação* que envolve desagregação, padronização e a formulação de categorias evidentes. Logo já existe uma construção social em torno do fenómeno. Construámos uma teoria do *estigma*, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes alguma animosidade baseada em outras diferenças (Goffman, 1980). Durante a sua investigação em Locksdon, Hall (2012), observou que os oficiais tentavam saber, através das características físicas, a história dos detidos. Existia, portanto, uma categorização imediata das pessoas. Por exemplo, se os “detidos” apresentassem alguma tatuagem seriam imediatamente associados a *gangs*, se o corpo estivesse marcado por uma cicatriz a conexão seria feita com uma briga recente. Os oficiais aplicavam a técnica de *bodywatching* (Hall, 2012), que reduzia de imediato o homem para um corpo, apenas. Esta técnica, incorporada e regular, era realizada consoante a percepção dos oficiais.

Adicionalmente à importância do assunto e, ao significado produzido por fatores contextuais, são os elementos internos fornecidos pela câmara fotográfica que também servem para estruturar o significado da imagem em questão. O facto de o fotógrafo ter estado no contexto da imagem, garante à sociedade que o que aquela imagem representa é real, credível e que não suscita discussão. A imagem, tem autoridade. Paralelamente a máquina fotográfica tem a possibilidade de produzir certos efeitos, sendo que neste caso o mais importante é aquele que mostra o “efeito real”. Contudo, a congruência estrutural do ponto de vista (o olho do fotógrafo, o olho da camera e o espectro) confere à fotografia uma qualidade pura, mas enganosa e sem presente (Solomon-Godeau, 1986). No mesmo sentido, Rial (1995) diz-nos que uma das consequências da centralidade da imagem, na atualidade, é a mudança da compreensão da noção de espaço-tempo. O mundo ficou mais pequeno, já que se está aqui e lá quase que simultaneamente (Rial, 1995).

Como vimos até aqui, a produção e a reprodução da narrativa dos refugiados nos media, são influenciadas diretamente por imagens, onde a representação do refugiado é construída. Assim, a imagem aparece com um significado que transmite uma “verdade” à sociedade.



#### 1.4. Perspetiva Monocular

*“A humanidade permanecerá irremediavelmente presa na caverna de Platão, continuando a deleitar-se, como é seu velho hábito, com meras imagens de verdade.”*

(Sontag, 2012:11)

A fotografia de imprensa é um objeto trabalhado, escolhido, composto, construído, tratado segundo normas profissionais, estéticas ou ideológicas, que segundo Barthes (2014), são também formas de conotação. Uma fotografia, além do seu conteúdo analógico possui um certo tratamento ao qual podemos chamar “estilo”. Este estilo é pensado pelo seu criador, e cujo significado, quer estético, quer ideológico nos remete a uma certa cultura e sociedade. A fotografia será sempre pensada e criada (escolha, tratamento técnico e enquadramento) de forma a estar em consonância com uma determinada perspetiva social, cultural e política.

Como referiu Barthes (2014), a leitura de uma fotografia é sempre histórica, graças ao seu código de conotação: “ela depende do saber do leitor, exatamente como se se tratasse de uma linguagem verdadeira, inteligível somente se aprendermos os seus signos”. Corroborando esta mesma ideia está Rodrigues (2007), ao afirmar que “ao ler uma imagem, é necessário observar que, além do aspeto objetivo, do domínio da técnica e do equipamento, existe uma componente subjetiva que depende da vivência, da percepção e da sensibilidade do autor”. Segundo Barthes (2014), existem três planos de conotação relacionados com a imagem que nos permitem obter uma representação. Existe uma conotação percetiva relacionada com a linguagem, uma conotação cognitiva onde a leitura depende da cultura e do conhecimento que o leitor tem do mundo e, por fim, uma conotação ideológica que, introduz na leitura da imagem, razões e valores. Em relação à perspetiva monocular, esta foi criada na era do Renascimento, as óticas dos aparelhos eram desenhadas para a produção de uma estrutura análoga. De fato, o aparelho foi designado precisamente para reproduzir esta perspetiva, que desde esta época se tem tornado como algo ‘natural’ (Solomon-Godeau, 1991). A produção e a reprodução da narrativa dos refugiados através de imagens nos media, são influenciadas pelas imagens, que constroem a representação do refugiado. Assim a fotografia não aparece por acaso para ser julgada, esta já aparece com o julgamento que conduz o pensamento coletivo. Fenomenologicamente, o fotógrafo regista como pura a imagem, e é pela virtude deste efeito que nós regularmente, atribuímos à fotografia o mítico valor da transparência (Solomon-Godeau, 1986). Assim, a imagem aparece com um significado que transmite uma “verdade” à sociedade. A perspetiva

monocular como posição de mestria foi teorizada como uma construção ideológica (Solomon-Godeau, 1986). Esta perspectiva monocular tem historicamente produzido um vocabulário de domínio, de posseção, apropriação e em certos casos de agressão. Aquele ou aquilo que é fotografado é o alvo (Barthes, 2015:17), corroborando a analogia explicada por Ernst Jünger em 1930, entre a câmara e a arma, entre «disparar» a máquina sobre um tema fotográfico e disparar a arma sobre um humano. Tal como referido pelo esteta Bélico, fazer guerra e tirar fotografias são atividades compatíveis: «É a mesma inteligência, cujas armas de extermínio podem localizar o inimigo com a precisão de segundos e metros», escreveu Jünger (Sontag, 2015:68). Se aceitarmos que a formulação de que existe efeitos ideológicos inerentes à perspectiva monocular e que estes efeitos desenvolvem relações de domínio, estamos em condições de relacionar o que foi refletido até ao momento com o entendimento do olhar panótico de Michel Foucault.

Tal como tenho vindo a refletir, a “cultura visual” tomou conta do quotidiano da sociedade. As representações que esta tira das imagens que observa são muito importantes na construção da sua opinião pública, pois as imagens têm uma influência muito direta nos discursos e nas possíveis ações. No caso específico dos migrantes e potenciais refugiados, as imagens, são a representação visual mais próxima que se obtém destes. Sendo os mesmos visualizados através de uma perspectiva monocular, expressa ideologicamente, que já contém uma intenção de conduzir o pensamento da sociedade podemos dizer que estes são vistos sem ver; são o objeto de uma informação, nunca sujeito de comunicação (Foucault, 1957).

A divisão binária e a marcação (louco – não louco; perigoso-inofensivo; normal-anormal); e a determinação coercitiva, a repartição diferencial (quem é ele; onde deve estar; como caracterizá-lo, como reconhecê-lo; como exercer sobre ele, de maneira individual, uma vigilância constante, etc).

(Foucault, 1975)

Ainda que não inimigo, é olhado apenas como alguém para ser visto, não alguém que também vê (Sontag, 2015: 73). O progresso da fotografia veio a tornar ainda mais literais os sentidos em que uma fotografia (por exemplo) permite controlar a coisa fotografada (Sontag, 2012: 153).

O migrante que aguarda nas fronteiras europeias, que enche as barcaças no mediterrâneo, sabe que é visto, mas não sabe exatamente por quem e para que efeitos. Este não tem como se “defender” da representação que é feita sobre si próprio, na grande maioria das vezes nem sabe qual é, uma vez que as notícias são disseminadas mundialmente através dos mais variados meios – Jornais, revistas, televisão, redes sociais, etc. Assim, a vigilância é permanente nos seus efeitos, mesmo que descontinua na sua ação (Foucault, 1975). O mais importante é que o refugiado saiba que está a ser vigiado das mais variadas formas, não só no local onde se encontra como também fora deste. É apenas um mero ecrã, um centro de comutação para todas as redes de influência (Baudrillard, 1983). É pouco importante saber quem exerce o poder, visto que há uma maquinaria que assegura a dissimetria, o desequilíbrio e a diferença (Foucault, 1975).

Se pensarmos num contexto de campos de refugiados percebemos que eles são, também, os panóticóides da atualidade. O mais interessante é que esta vigilância é realizada dentro e fora dos locais onde estes se encontram. Aspeto sublinhado por Gupte & Mehta (2007), que afirmam que campos de refugiados e vilas de reassentamento são, nos dias de hoje, locais de ‘panotismo’ onde pessoas deslocadas são submetidas a práticas de vigilância e controlo burocrático. Como referido por Zetter (1991), desde que a aplicação do termo ‘refugiado’, é imposta à migração forçada através da atividade burocrática, que o conceito pode ser visto como uma forma de controlo. Sob esse aspeto os campos representam uma das múltiplas ramificações da “sociedade de controlo” (Agier, 2006). Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si próprio (Foucault, 1975). Assim e, independente da forma como os refugiados atuam, se a ideologia da perspetiva monocular, for a de abrir um campo de visibilidade a todo o mundo, com uma representação negativa dos mesmos, estes poderão ser classificados negativamente. Ao mesmo tempo, uma coisa torna-se real - para aqueles que estão algures a segui-la como «notícia» - ao ser fotografada (Sontag, 2015: 28). O panótico é aqui referido duplamente, uma vez que para além da vigilância no campo, há também uma vigilância fora do mesmo.

O modelo arquitetónico de Bentham é mencionado de forma simbólica, contudo a estrutura do edifício pode ser relacionada com uma imagem fotográfica. Tal como os prisioneiros, os doentes e os alunos que ocupavam respetivamente as prisões, os hospitais e as escolas, não tinham a oportunidade de ver quem estava ao seu lado devido à estrutura octogonal do edifício, os refugiados também não sabem por quem, onde, quando e como vão ser representados. Os olhares que lhes são dirigidos enraízam-se numa relação egocêntrica do tipo centro-periferia (Agier, 2006). Na medida que os acontecimentos que acontecem na periferia só se tornam

significativos quando perturbarem o funcionamento do centro. Ou seja, embora seja excluído, o refugiado, é simultaneamente incluído porque continua a perturbar as fronteiras e as respetivas normas (Zembylas, 2010). Como observado por Khosravi (2007), é exatamente assim que funciona o regime fronteiriço da contemporaneidade. As pessoas indesejadas – migrantes “ilegais”, refugiados, requerentes de asilo – estão posicionadas entre o limiar de entrada e saída.

### 1.5. Securitização

*«A análise de uma imagem deve passar pelo escrutínio do contexto no qual se cria o texto.»*

(Rial, 2007)

Ao longo do Século XX ocorreram alterações na forma como a migração é percecionada. O modo como os governos têm regulado a migração e definido categorias de migrantes tem, com o tempo, levado as pessoas a ver a migração como uma questão relacionada com a securitização dos estados, respetivos cidadãos e, também, dos residentes considerados legais. Longe de ser um sistema racionalizado de categorias legais, como referido por Hall (2012), a governação é vista como uma forma problemática de poder, ou seja, não intervém nos problemas sociais, políticos e económicos que já estão constituídos, mas trá-los através de ações específicas, de forma a dar a ideia de que está a intervir sobre eles. No caso do sistema legal que governa a mobilidade, em qualquer contexto, este assemelha-se “a uma maquinaria experimental” (Hall, 2012), muda constantemente, é inconstante e contraditório e é frequentemente reativo ao invés de produtivo. Significa que categorias como as de “refugiado” são construídas na prática através da interpretação pragmática de oficiais, de quem as tomadas de decisão são formadas predominantemente em contextos sociais, políticos, económicos e institucionais (Hall, 2012). Como representantes da lei, os guardas fronteiriços controlam o banco de dados da macro realidade, que é a fronteira do estado, onde estes mesmos guardas decidem o que é real ou não e, decidem o que é permitido ou não. Eles simplesmente cumprem a lei (Houtum, 2010). Segundo o mesmo autor, os guardas fronteiriços, ao contrário dos migrantes, são treinados a aguardar na respetiva fronteira. Esperam pelo sujeito estrangeiro, não alguém em particular, mas alguém como categoria, como cidadão, migrante, refugiado, nómada sem lei, turista, trabalhador ou simplesmente um viajante de negócios. Os guardas vigiam as suas pessoas,

observando, classificando e categorizando alguém que deseja entrar. Esta observação bem como a respetiva categorização são sempre subjetivas, dependem do conhecimento e da sensibilidade de cada guarda. Assim, a criação do “outro” é constitutiva para a construção do “eu”. Na mesma linha Ania Loomba (citada em Houtum & Wolfe, 2017: 137), argumenta que a criação do “outro” depende de posições binárias e que estas “são cruciais não só para a criação de imagens do “estranho”, mas igualmente essenciais para construir o (geralmente homem branco europeu) “eu”.

Como referi anteriormente, a abordagem subjetiva nunca é para o indivíduo em questão, mas para a categoria que esse determinado indivíduo representa. No caso dos migrantes e requerentes de asilo, há uma construção social por parte do guarda do que esta categoria representa, sendo que o mesmo irá agir nesse sentido. Quando o guarda fronteiriço aplica os exames biométricos na fronteira, o migrante fica em estado de exceção (Agamben, 2015), o guarda permite-se a aplicar a sua autoridade sobre o migrante. Na fronteira, a aplicação da Lei para o caso do migrante é suspensa para garantir a sua existência até o caso se tornar aplicável à situação considerada normal, isto é, até que o soberano decida sobre a legalidade daqueles que desejam entrar (Houtum, 2010). Neste sentido, o cruzamento de fronteiras reforça e desafia o nosso status político e social. Tem o seu próprio ritual – passaporte, solicitação de visto, verificações de segurança e o desempenho de passar por lugares específicos e espaços de controlo de fronteiras e costumes (Khosravi, 2007).

Os estudiosos das relações internacionais normalmente localizam a securitização na capacidade que o Estado tem em criá-la, ao mesmo tempo que esta o legitima. Aspectos contestados pela antropologia uma vez que, muitas questões que ao longo da história têm preocupado esta disciplina estão, atualmente, ligadas a assuntos relacionados com a securitização. Mais do que nunca, os estados têm colocado o lugar “do outro” como um dos aspetos centrais a serem discutidos. Neste seguimento e como referido por Goggin (2009), “o novo milénio testemunhou a extraordinária volta da cultura para o palco central da política”, uma vez que debaixo do véu da securitização, os Estados estão a reavaliar a sua relação com as minorias e a identidade nacional. Como observado por Hall (2012), os efeitos políticos, sobre as vidas individuais exige o conhecimento das formas em que o regime de segurança é produzido diariamente, até mesmo nas práticas banais, como a interação e a sociabilidade. As notícias sobre as crises de detenção no respetivo estado são frequentemente acompanhadas por discursos por parte das autoridades estatais, que justificam a detenção como uma ação crucial e parte necessária à robustez da fronteira. Não obstante, a liberdade de circulação é um dos objetivos da Comunidade Europeia

desde os anos 50. Os acordos de Schengen, permitiram suprimir a maioria dos controlos nas fronteiras internas Europeias:

a aceleração e a diversificação da migração dentro e para dentro dos estados membros durante as últimas duas décadas, culminou na dissolução das fronteiras internas, produzindo uma relação paradoxal entre a liberalização dos mercados, a liberdade de movimento e a segurança dos cidadãos.

(Hall, 2012)

O *Tratado de Amesterdão* (1999), diz-nos que uma das principais preocupações da opinião pública se centra “na difusão da grande criminalidade internacional e de todo o género de tráficos ilegais” e consequentes vítimas. O tratado aponta que é necessária uma maior cooperação entre os Estados europeus, de forma a dar resposta a problemas como as divergências na legislação em matéria de imigração e asilo. E também, à insuficiência da eficácia no domínio de cooperação jurídica penal, bem como na cooperação policial face à criminalidade internacional e aos tráficos ilegais. De forma a atenuar estas preocupações, o *Tratado de Amesterdão* vem acrescentar três novos pontos. O primeiro ponto diz “assegurar a liberdade de circulação e o estabelecimento de normas comuns para a imigração e o direito de asilo, assentes nos direitos no respeito pelos direitos fundamentais, e que asseguram, a prazo a livre circulação dos imigrantes na união”. Contudo, não estabelece prioridades e não identifica problemas concretos. No segundo ponto, o tratado afirma que os Estados-Membros “poderão passar a adotar normas de carácter vinculativas no domínio da cooperação intergovernamental em matéria penal e policial”. Ou seja, a proposta cinge-se a uma maior vigilância de dentro para fora do espaço Europeu, sugerindo que a ameaça é externa. Por fim, a liberdade no espaço Shengen é unicamente para os que dele fazem parte, existindo maiores restrições à entrada neste espaço por parte de cidadãos de países terceiros. Neste seguimento, como referido por Khosravi (2007), numa era onde predomina a desigualdade global no que diz respeito aos direitos à mobilidade, a liberdade de circulação para alguns, só é possível através da exclusão sistemática de outros. Santinho (2013), refere que:

as políticas de fronteira do Espaço Schengen tendem a ser ditadas pelo medo e pelo controlo direcionado para aqueles que aparentemente não lhes pertencem, os quais, segundo alguns, representam uma ameaça, constituindo este um dos sentimentos mais generalizados nos discursos da maioria dos partidos de direita nos vários países da UE.

Bigo (2014), afirma que nenhuma prática existe por si só, num momento "teológico" absoluto do "ato" (da criação); existe apenas em relação a outras práticas que as diferenças podem ser observadas. Este autor afirma que os chamados estudos de securitização são, por si só, uma "piada intelectual" se eles ingenuamente cortarem as relações da segurança e da liberdade, da democracia ou da justiça e, sendo que se o fizerem de forma consciente, agem de forma conservadora. Tal como apontado por Newman (2003), as atitudes e instituições que privilegiam a "alta política" acima da doença, dos direitos humanos, da fome ou do analfabetismo estão inseridas nas relações internacionais e na tomada de decisões em matéria de política externa. Sugerindo que a securitização internacional tradicionalmente definida – integridade territorial (Newman, 1993) – não se correlaciona necessariamente com a segurança humana, e que uma maior ênfase na segurança estatística pode acontecer em detrimento das necessidades do bem-estar humano.

A segurança, portanto, nunca é absoluta, integral, total ou global: ela sempre alcança um limite, e aparece como uma inversão, um ponto de inflexão, contra outras qualificações. A securitização pressupõe juízos políticos sobre a liberdade, propriedade, mobilidade, privacidade e democracia e, a segurança pressupõe reconhecer as práticas associadas a estes outros conceitos. Assim, ao contrário de muitos discursos contemporâneos que afirmam que "mais securitização é sempre a solução" e que "a segurança é para todos e precisa ser global", uma abordagem antropológica examina os estudos de segurança em relação aos estudos de "liberdade" e investiga onde as disciplinas podem convergir ou revelar contradições fundamentais.

(Bigo, 2014)

Quando uma questão é securitizada, passa do domínio das questões ordinárias politizadas para uma questão que ameaça a própria sobrevivência dos Estados e dos seus cidadãos (Gledhill, 2008). Gledhill (2008), afirma que a securitização reduz as perspectivas de um diálogo eficaz

sobre soluções viáveis para problemas sociais reais, especialmente quando a segurança dos autóctones não é a principal preocupação na forma como as questões são definidas. Goldstein (2010) refere que a securitização apela ao poder do medo para preencher as roturas que as crises e contradições do neoliberalismo têm produzido, funcionando assim como uma das principais ferramentas dos Estados e da governação no mundo atual. Não obstante, a securitização como função básica do Estado, não é uma questão da contemporaneidade. Thomas Hobbes (1651) afirmou que as pessoas, para se protegerem contra às várias ameaças que a humanidade enfrentava no seu estado de natureza, se reuniam para entregarem as suas liberdades em troca de segurança e proteção. Goldstein (2010) menciona que:

Para Hobbes, o medo foi o catalisador que motivou a formação não só do Estado, mas de um *ethos* moral coletivo, do qual os cidadãos participavam, um *ethos* que identificava inimigos do coletivo e autorizava disposições particulares e respostas frente a esses antagonistas.

Em vários países, os órgãos governamentais têm construído barreiras legais e físicas que têm como finalidade travar o fluxo de requerentes de asilo ou de pessoas deslocadas pela guerra. Quanto maior o domínio da agenda da securitização, menor a preocupação em relação ao bem-estar das populações. Para a maioria, a segurança está relacionada com a sobrevivência do Estado-Nação, com a capacidade de impor uma ordem internacional, com a capacidade de trazer riqueza, dinheiro e informação, sempre de acordo com os interesses nacionais. Goldstein (2010) afirma que para alguns estudiosos, a securitização pertence apenas a questões militares, sendo a defesa do Estado o fator mais importante na definição de uma crise ou ameaça específica, como à sua segurança. O ataque terrorista nos Estados Unidos da América a 11 de Setembro de 2001 foi um ponto que marcou ainda mais a consolidação das práticas de securitização de uma forma global. Como referido por Goldstein (2010):

O 11 de Setembro foi considerado como o ponto de viragem, o momento crítico em que os Estados Unidos e respetivos aliados tiveram consciência da ameaça aos seus valores e à sua forma de vida, entrando numa fase marcada pela prevenção e atenção no que diz respeito à "defesa da pátria", onde a expressão de "luta contra o terrorismo" foi a mais evidente.



Segundo o mesmo autor, o mundo entrou num tipo de “momento de securitização”, numa nova fase global da história caracterizada pelo aumento da vigilância às eventuais ameaças à segurança, pela ampliação dos poderes governamentais para investigar violações à segurança, intervenção armada em lugares fora da fronteira nacional onde supostamente se fomentam ações terroristas e a restrição das liberdades individuais no sentido de proteger a segurança nacional. Santinho (2013) refere ainda que:

após o 11 de Setembro generalizou-se ainda mais o princípio da desconfiança, com base na ideia de que muitos pedidos de asilo seriam falsos, ou seja, não teriam como justificação a necessidade de proteção motivada por perseguições e conflitos, mas sim razões económicas: a procura de melhores condições de vida.

Posteriormente, os ataques de Madrid e Londres, em 2004 e 2005 respetivamente, vieram reforçar a ideia da universalização da tendência à securitização. Portanto, a “luta contra o terrorismo” e o medo do fundamentalismo islâmico exacerbou a suspeita, a politização e a securitização da migração (Hall, 2012). Porém, a definição internacional de securitização – com base na defesa militar do território – coloca, literalmente, os refugiados na periferia dos interesses políticos. Uma das principais consequências destas práticas é a mudança de paradigma no que diz respeito à proteção dos refugiados e requerentes de asilo, pois o debate em volta do lugar do “outro” tem sido constante (Goggin, 2009). Como disse Newman (2003), deixamos de proteger os refugiados e os requerentes de asilo, para nos protegermos deles. Um exemplo é o de que desde Dezembro de 2008, a UE autorizou o prolongamento do período de detenção até 18 meses (em vez de 30 ou 60 dias como anteriormente). Esta é uma mudança radical que estabelece uma abordagem logística que implica a construção de mais centros e áreas de espera. Como consequência, há o surgimento de um novo mundo nas fronteiras, um mundo social, político e cada vez mais urbano de “estranhos” e “estrangeiros” (Agier, 2010). O 11 de Setembro não criou os campos de refugiados, mas engendrou um contexto que legitimou a emergência de um império de campos. Como referiu Mirzoeff (2002):

o que está em jogo não é o espetáculo do 11 de Setembro, nem a “guerra contra o terrorismo”, mas a forma como a globalização será decretada ao nível do quotidiano. O

campo para migrantes será a instituição modelo para uma série de práticas sociais, assim como o panóptico foi o modelo do século XIX.

A organização dos campos é cada vez mais completa, desenvolvida e profunda. À medida que se adquirem mais conhecimentos logísticos há um desenvolvimento paralelo de um conjunto de ferramentas técnicas para um abastecimento de água adequado, sistemas de recolha de lixo e esgotos e, os abrigos de emergência são organizados de acordo com planos de “planeamento urbano” (Agier, 2010). Malkki (1995) já tinha mencionado a criação “de toda uma classe de pessoas” - administradores, médicos, terapeutas, jornalistas, escritores, académicos, fotógrafos e inclusive os próprios refugiados – instruídas unicamente para assegurar a gestão e a assistência aos refugiados. Parece que se estabelecem medidas que oferecem um estado de continuidade e permanência aos refugiados que, por sua vez, possuem um estatuto provisório.

“Dar as boas-vindas” aos refugiados tornou-se uma “operação”, em que o objetivo se converteu em conter e isolar a diversidade cultural (Borri, Orria & Vailati, 2014). Como disse Agier (2010), os refugiados quando mantidos num acampamento, muito tempo depois da emergência em questão, vêm a sua vida recriada numa situação de contenção. A contenção é originalmente uma estratégia militar, é uma forma de exclusão que de acordo com Judith Butler (citada em Agier, 2010) é uma forma de traçar uma fronteira entre o interior e o exterior do Estado-Nação. Os campos de refugiados da atualidade são concomitantemente espaços de fronteira, sendo a principal forma de violência destes locais, a de imobilização forçada (Agier, 2010) dos refugiados. Segundo o mesmo autor existem quatro tipos de campos. Os primeiros são as formas de abrigo autoestabelecidos, normalmente instalados em ambientes hostis, por falta de outras oportunidades de hospitalidade e sem qualquer política de acolhimento. Os segundos são os centros de detenção europeus, que formam uma rede de “centros de despistagem” (Agier, 2010) que se localizam nas fronteiras, tendo por objetivo regular o fluxo das diferentes categorias de migrantes ou refugiados, canalizando, detendo ou redirecionando as pessoas. Segundo Hall (2012), a detenção é uma técnica de governação através da qual indivíduos e grupos são geridos como ilegais, indesejados e maltratados. Os terceiros são os próprios campos de refugiados, são o tipo de campo mais padronizado, organizado e oficial, sendo normalmente administrados por organizações como o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e outras organizações humanitárias. Por fim, os quartos e mais abundantes, devido ao crescimento das restrições da mobilidade internacional, são os campos de pessoas que se encontram deslocadas, que formam uma espécie de reservas desprotegidas. Estes locais,

situam-se nas margens, afastados dos locais de vida comuns, nos limiares da vida social e da vida, simplesmente (Agier, 2006).

O campo é o panóptico dos nossos tempos, o local da implementação de tecnologias visuais, uma instituição modelo para a cultura global e um poderoso símbolo do desejo renovado dos Estados-Nação de restringir a liberdade global no que diz respeito ao deslocamento de pessoas.

(Mirzoeff, 2002)

Estes quatro tipos de campos, por diversos que sejam, mantêm os refugiados “clandestinos” e indesejáveis, em estados de sobrevivência. Encerrados no exterior, são espaços de exceção (Agier, 2006) ou como lhe chamou Agamben (citado em Zembylas, 2010), uma “zona de indistinção irreduzível”.

Os acampamentos são literalmente a dupla ausência experimentada por aquele que já não tem um lugar no mundo, tendo perdido o seu lugar no país que deixou e incapaz de encontrar seu lugar em um país inóspito (Agier, 2010). Como viu Conquergood (citado em Harrell-Bond & Voutira, 1992), ao entender os campos de refugiados como “zonas liminares”, ele identificou a performance como uma forma segundo a qual os refugiados eram capazes de ‘agir com uma nova identidade e criar estratégias para se adaptarem e sobreviverem’. Os refugiados inventaram uma nova “cultura do campo”, que é parte da afirmação do passado e parte da resposta à adaptação das exigências do presente (Harrell-Bond & Voutira, 1992). Os campos de refugiados são, uma situação de liminariade (Turner, 1974), num sentido antropológico, um ritual. As fronteiras são zonas de produção cultural, espaços de criação de significado e de quebra de sentido Donnan & Wilson (1999, em Khosravi, 2007). São também zonas intersticiais (Gupta & Ferguson, 1992) de deslocamento de pessoas e uma desterritorialização que molda a identidade do objeto híbrido. São regiões de “heterotopia” (Foucault, 1967), onde pessoas que anteriormente tinham uma vida comum agora vêm a sua imagem forçosamente refletida em outras pessoas que se encontram numa situação semelhante. Os espaços heterotópicos são resultados de contradições na estrutura social e são impulsionados pelas incoerências na estrutura global entre as intersecções económicas, sociais e políticas. Foucault (1967), observou que as heterotopias como espaços “estão fora de todos os lugares”. Ao contrário das utopias

que são espaços irreais, as heterotopias são espaços reais. No entendimento do mesmo autor existem dois tipos de heterotopias, as “heterotopias de crise” e as “heterotopias de desvio”. As primeiras estão relacionadas com os indivíduos que passam por crises temporárias em relação ao estado de transição, pelo qual a sua situação social os obriga a estar, num espaço definido como “privilegiado, sagrado ou proibido”. Como exemplos, dá as mulheres grávidas e menstruadas. As segundas, são locais de indivíduos cujo comportamento é considerado desviante, como é o caso dos hospitais psiquiátricos e as prisões. Estas heterotopias são lugares de confinamento e falta de escolha, lugares onde o indivíduo desviante deve ser contido até não mais desviante ou mesmo até à morte (Barnum, 2017). Se considerarmos os refugiados e as pessoas deslocadas como desviantes, podemos entender os espaços heterotópicos de desvio como uma consequência de interesses económicos e também, de conflitos sociais. Como referido por Barnum (2017), os campos são especialmente separados para isolar a sua “mancha na paisagem”. Neste sentido, estes espaços liminares são ambos, “heterotopias de crise” e “heterotopias de desvio”. De crise, porque para muitas pessoas o campo de refugiados e o restabelecimento de ocupantes ainda são lugares de “asilo, hospitalidade e confinamento” Agier (2012 em Barnum, 2017). Os indivíduos que se encontram nestes espaços vivenciam a crise da informalidade, da invisibilidade e da temporalidade (Barnum, 2017), como tal, a comunidade em geral tem a perceção de que estes espaços lhes são proporcionados como uma forma de lhes assegurar a segurança. Por outro lado, são sempre rotulados de desviantes na sua incapacidade de sair desses espaços liminares, onde existe uma grande probabilidade de situações de perigo. Como visto por Hall (2012), o problema não é como a situação de securitização se tem desenvolvido via ação política ou militar, mas como certos domínios da vida e populações começam a ser entendidos e governados como problemas de segurança. Segundo a mesma autora, a questão começa a ser como a detenção cria alvos e produz a insegurança, vulnerabilidade e ilegalidade de certas populações.

O comportamento daqueles que estão nos campos de refugiados e nos centros de detenção é normalmente identificado como passivo, onde há a redução a uma condição uniforme, para posteriormente serem modelados de novo e dotados de novos poderes, de forma a se capacitarem a enfrentar a sua nova situação de vida. A obrigação da espera pode também ser interpretada como uma forma de imposição de submissão (Santinho, 2013). Neste sentido, entendo que dentro da sua diversidade são, também, seres de agência que apesar de todas as adversidades e obstáculos tiveram de se superar para chegar a um local minimamente seguro. Tal como Malkki (1996) observa, os refugiados Hutu em Mishamo, viram o asilo na Tanzânia

não como uma tragédia, mas como uma vantagem, como um período produtivo de dificuldades que os ensinaria e purificaria e consequentemente os ajudaria a crescer de forma mais poderosa para mais tarde voltarem à sua terra natal. As novas experiências e atividades irão ocorrer contrariamente à memória, anteriormente vivida pelos refugiados. Como disse Said (1994), o ambiente antigo juntamente com o recente, são vividos, de forma “contrapontual”.

Concordando com Bigo (2014), a securitização não é mais do que um rótulo, que define os limites de outros rótulos como a liberdade, a mobilidade e a privacidade. Não tem autonomia e não descreve fatos ou sujeitos específicos. Ou seja, na maioria dos casos a securitização é pensada sem haver uma definição do tipo de risco que um Estado ou um determinado grupo de pessoas pode eventualmente correr. Não se sabe que tipo de ameaça ou risco a securitização poderá vir a atenuar. Como explicado por Bermejo (2009), a maioria das análises que têm vindo a ser desenvolvidas não têm uma definição precisa da ameaça e não há uma explicação clara da ligação entre as ameaças e os objetos, que neste caso são os refugiados. O uso das várias conceções de forma vaga e ampla, como por exemplo “refugiado”, pode eventualmente levar a problemas de criminalização ou securitização de grandes grupos de pessoas, sem qualquer razão. Por esta razão, como sugeriu Haddad (2004), a utilidade analítica do termo "refugiado" estende-se apenas na medida em que pode ser utilizada como uma "ampla rubrica jurídica ou descritiva". Nas palavras da autora, “de uma perspetiva antropológica é impossível espremer as várias histórias, experiências e proveniências sob uma única posição”. A diversidade dos potenciais refugiados, manifesta-se relativamente aos lugares de proveniência e aos idiomas ou pertenças religiosas, classes sociais, profissões, idades e género (Santinho, 2013). Contudo, há normalmente uma tendência, na maioria dos países anfitriões de destacar as massas de pessoas e não as individualidades. Este tipo de abordagem faz com que haja o uso de metáforas, como “invasão” (Bermejo, 2009), contribuindo assim para o aumento da cultura do medo e também da sensação de insegurança, legitimando a politização da imigração.

## **Capítulo 2 – Refugiados: Construção e Representação Imagética**

### **2. A Construção da Imagem do Refugiado**

#### **2.1. Corpus de Análise**

De forma a obter a representação criada pela comunicação social portuguesa consulte as imagens produzidas pelas seguintes agências de comunicação: AFP, EPA, Lusa e Reuters, e posteriormente difundidas pelos jornais e revistas de grande tiragem portugueses – Correio da Manhã, Diário de Notícias, Expresso, Jornal de Negócios, Jornal de Notícias, Observador, Público, Record e Visão.

Para a constituição do corpus realizei um levantamento que consistiu num total de 179 imagens, divulgadas entre 2014 e 2016 e trabalhei com três categorias de análise: estado, fronteira e refugiado. Utilizei o procedimento clássico de análise de conteúdo – procedimento por «caixas» (Bardin, 1977), em que as categorias foram estabelecidas previamente à análise, sugeridas pela revisão de literatura, como constituindo os três atores principais em todo o contexto de migração e securitização.

A imagem fotográfica é polissémica por natureza, passível de inúmeros significados. Na análise por «caixas» tive em consideração os elementos que foram sendo repetidamente apresentados nas imagens. De acordo com a orientação clássica, na análise de conteúdo quantitativa de elementos textuais, cada unidade de conteúdo é classificada dentro de apenas uma categoria (Weber, 1990). No entanto, a análise realizada é qualitativa, e os documentos de análise em questão – imagens – possibilitaram uma abordagem diferente. Embora as imagens, possam ser divididas em unidades de análise menores (cor, elementos representados, ect.) elas são mais relevantes se vistas como totalidade. Assim, considere cada imagem como uma única unidade de análise, plena de conteúdo, em si, mas que, não obstante, pode ser informadora de várias categorias. Por isso, cada imagem pode ter sido codificada em várias categorias. Por exemplo, algumas imagens mostraram ser relevantes para a categoria fronteira e estado na medida em que ambas eram aí representadas. A codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo (Bardin, 1977:103). Neste sentido, aquando da análise verifiquei o que é que constituía uma “palavra” ou “frase” na imagem (Gee. 2011:187). Ou seja, o que é que constituía uma pequena unidade de significado que ao ser combinada com outras unidades

formava unidades maiores de significado. Assim emergiram doze elementos bastante significativos que no contexto onde estão inseridos têm um significado que considero relevante. O estado é constantemente representado por militares, a fronteira é revelada em arame farpado, linhas férreas e comboios, tendas, embarcações de borracha e embarcações lotadas. Por ultimo, os refugiados são representados na grande maioria dos casos com crianças e bebês de colo, encontrando-se maioritariamente em situações de espera, desespero e abandono. Por fim, a mulher “refugiada” é, na grande maioria das imagens, representada com o *hijab*.

Tal como acontece com a linguagem, qualquer imagem comunica apenas no contexto onde está inserida (Gee, 2011:188), sendo que será sempre influenciada pelo conhecimento das pessoas sobre o respetivo contexto, conhecimento cultural e a experiência anterior com imagens semelhantes. Tal como referido por Martins (2013) todas as imagens são produtos culturais e janelas de conhecimento sobre atos e formas de pensamento humano ao mesmo tempo que a polissemia da mensagem imagética é reduzida pela intenção de uma mensagem linguística, Barthes (citado em Rial, 2003). Esta mensagem linguística, que não analisada neste trabalho, tem a função de dirigir a interpretação do leitor/espectador. Na expressão de Barthes tem a finalidade “ancorar” sentidos.

## **2.2. O discurso imagético dos refugiados**

Como referido anteriormente, a “leitura” de uma imagem depende do entendimento e do conhecimento de quem a lê. Ao contrário das palavras, que no nosso caso se leem da esquerda para a direita, a leitura de uma imagem torna-se mais complexa por esta apresentar múltiplos aspetos em diversos sentidos e significados, suscetíveis de serem olhados. Como referido por Souza (1998), há imagens que não estão visíveis, porém sugeridas, implícitas a partir de um jogo de imagens previamente oferecidas. Outras imagens são apagadas e silenciadas dando lugar a um caminho aberto à significação e à interpretação.

Fotografar uma determinada situação social é diferente de fotografar um automóvel (por exemplo), sobretudo se a realidade social que está a ser fotografada for organizada por um outro conjunto de códigos culturais, isto é, por uma pessoa fora daquela realidade social. A imagem já vem pré-conotada, pois além das conotações inerentes à pessoa que produziu a imagem e ao “leitor” da imagem, possuímos também as do sujeito fotografado. Existe, portanto, uma sobreposição de códigos, dos quais o objeto de estudo da antropologia se encontra nesse mesmo

“nó” de códigos (Godolphin, 1995), não podendo este ser ignorado. Como referido por Malkki (1996), a representação visual dos refugiados parece ter-se tornado um modo singularmente traduzível de conhecimento sobre eles.

Neste sentido, considero que a realização desta análise não está apenas situada ao nível do conteúdo, *o que é dito e como é dito*, mas que suporta uma análise de discurso na medida em que é possível evoluir para uma construção de verdade a propósito dos vários atores representados. De acordo com Wodak, (1999), a análise do discurso tem como objetivo "desmascarar estruturas ideologicamente entranhadas, muitas vezes obscuras, de poder, controle político e domínio, bem como estratégias de inclusão discriminatória e exclusão na linguagem em uso". É, portanto, importante ao nosso entendimento, de como os refugiados são representados pelos jornais portugueses de grande tiragem.

Se a nossa representação dos refugiados se cingisse unicamente às imagens que preenchem os jornais portugueses diríamos que estes não possuem casa, nem país, que dormem em tendas da ajuda humanitária como as do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados ou junto a linhas férreas, diríamos que caminham o dia inteiro e levam consigo uma bagagem com o essencial ao mesmo tempo que carregam a sua criança, ainda de colo. A nossa representação seria a de pessoas eternamente sujas, sem condições de higiene pessoal, que esperam pela ajuda dos europeus. Europeus estes que aparecem sempre representados por uma figura militar armada com capacete, cassetetes, pistolas, escudos protetores sugerindo que se trata de pessoas potencialmente perigosas. Os militares possuem ainda mascaras faciais e luvas, numa clara sugestão de que as pessoas com quem lidam representam um perigo sanitário para os próprios; repete-se aqui o protocolo que se usa em ambientes de doença e de contágio.

Sobressaem da análise, equilíbrios frágeis: exposição ao perigo para chegar a portos supostamente mais seguros, em embarcações frágeis, de borracha e completamente lotadas. Como referido por Malkki (1996) e tivemos oportunidade de ver anteriormente, estas práticas humanizam o refugiado numa forma particular, de humanidade mínima, no sentido em que não captam a sua individualidade, mas o reduzem à sua categoria: a uma massa de gente, num coletivo e, não em indivíduos que possuem empregos, religiões, nacionalidades e aspirações diferentes. Somos levados a pensar que não se adivinham perspetivas de vida, outras, que não a de estarem condenados aos campos de refugiados, cercados por arame, porque aí é o lugar do refugiado. Só lhes resta esperar, abandonados, desesperados e ao mesmo tempo passivos, que alguém lhe resolva o seu problema. Este alguém, certamente será ocidental, de preferência Europeu.



As imagens sugerem que as mulheres que vêm nas embarcações e que posteriormente percorrem as fronteiras Europeias, são todas muçulmanas, pois nas imagens todas possuem um lenço, símbolo da respetiva religião.

Ao longo da análise, foi possível observar que o estado aparece sempre representado através das forças da ordem, como referido anteriormente, através de militares armados. A assimetria política materializa-se na distância física e simbólica interposta entre o Estado, na figura do agente de autoridade e o migrante, as suas posturas corporais evidenciam essa dinâmica de poder/dominação e subjugação/resistência. Em alguns casos os militares aparecem com os escudos protetores, formando uma barreira física, onde crianças os olham de baixo para cima, do menor para o superior. Tendo em conta as imagens analisadas, as mesmas levaram-me a considerar que as fronteiras europeias, não só externas como internas se estão a querer impermeáveis em relação aos migrantes que procuram asilo na Europa. Caso contrario a história contada nas imagens seria mais elaborada, contextualizada, identificando as origens, as expectativas e as razões de fuga de cada um. A representação constante só do militar, a retratar o estado junto da fronteira, também não seria necessária. Neste sentido constroem-se representações, através de imagens que são repetidamente divulgadas pelos meios de comunicação social, se elaboram discursos ambíguos, incertos, não fundamentados; pois tal como vimos anteriormente a imagem abre espaço para inúmeras e diferentes interpretações. Como referido por Silva (2008), um dos pontos centrais na discussão de Max Weber sobre a formação do Estado moderno concerne à territorialidade, à criação de fronteiras e à formação de um exército permanentemente subjugado ao seu poder. O conceito de estado Weberiano toma em consideração a relação de dominação que existe entre homens, justificado pelo poder que é exercido por desiguais, de forma hierárquica, em que se percebe uma forma piramidal onde o topo emana poder legitimado pelas bases (Silva, 2008). Em algumas imagens aparece unicamente o escudo protetor, com a mão do militar ou o militar de costas. Não considero que a revelação da identidade, através de imagens fisionómicas dos polícias militares seja essencial, pois para além da sua individualidade, estes são a representação do estado, são as forças da ordem. Fazem aquilo que, desde Weber (2004), se define como característica do Estado: têm o monopólio da força e da violência. Estão legitimados pela necessidade de garantir a segurança interna, que para o estado é essencialmente assumir uma posição que é também de defesa. Todos os perigos vêm de fora. Portanto, o que interessa é identificar as suas ações, estas são normalmente a extensão do estado, são o seguimento de diretrizes superiores. E é a este respeito

que nos devemos posicionar, pois é aqui que verificaremos como é que a Europa, em geral, ou determinado estado, em particular, estão a atuar como anfitriões.

Da análise sobressai também a ajuda humanitária com imagens que mostram os europeus a ajudar, civis e militares a fornecerem água e indicações que os migrantes escutam de forma passiva. Há toda uma construção de imagem, que pode ser lida como uma certa submissão por parte dos migrantes, pois estes aparecem sempre numa situação de dependência: a escutar, a receber ajuda, ou simplesmente à espera que lhes sejam dadas indicações do que fazer. De forma subtil, através destas imagens, cultiva-se uma ideia de poder sobre o “outro”. Há ideia que “eles” necessitam de ser ajudados e “nós” somos quem lhes providencia os meios e a respetiva ajuda. Mais uma vez, a imagem revela imperialismo e sugere a superioridade em relação a quem está a ser ajudado. Contrariamente ao que emerge nas imagens, Harrell-Bond & Kibreab (citados em Gupte & Mehta, 2007), revelam que as pessoas preferem a liberdade de decisão e a autonomia para decidir e, também, reconstruir as suas próprias vidas.

As imagens capturadas junto das fronteiras marítimas, mostram sempre embarcações de borracha, muito frágeis. Estas vêm sempre lotadas de homens, mulheres e crianças que na maioria dos casos vestem coletes salva-vidas vermelhos. Estes coletes acabam por ser deixados para trás, tornando-se num dos maiores símbolos desta crise migratória. Pilhas de coletes são passíveis de se observar junto das fronteiras externas. Nestas imagens, as cores dos coletes e as embarcações frágeis aglutinam os rostos dos indivíduos que conseguiram chegar com vida à Europa, dando sim, a ideia de que quem chega é uma massa de gente e não um conjunto de indivíduos com necessidades específicas. Malkki (1996), dá o exemplo de uma fotografia de Peter Marlow, onde e como ela refere “corpos negros são pressionados juntos, impossivelmente próximos numa massa confusa e frenética”, sendo este “o espetáculo do “cru”, da humanidade “nua”. Esta imagem, tal como as imagens que analisei, não nos remetem à possibilidade de pensar que cada uma daquelas pessoas tem um nome, uma opinião, uma família e razões diferentes para estar em determinada situação.

Esta “corporalidade anónima” é uma caracterização precisa do que acontece aos refugiados nos regimes de representação aqui discutidos. Nenhum nome, nenhum rosto com uma expressão de graça, nenhuma marca distinta, nenhum detalhe exotérico de estilo pessoal entra, como regra, no quadro de imagens de refugiados quando eles estão a ser imaginados como um mar de humanidade.

Existe, portanto, e, como verifiquei ao longo da revisão de literatura, uma ideia de invasão, pois a chegada de barcos lotados é constante e não só justifica como legítima, mais uma vez, a força militar na fronteira. O Estado recupera, com a crise de refugiados, um dos elementos que desde a modernidade foi um símbolo de soberania: o controlo das suas fronteiras que lhe permite definir a inclusão e a exclusão. Realmente estas imagens são polissémicas, pois são passíveis de muitos significados e dependem em muito da interpretação de cada leitor, como vimos anteriormente, contudo omitem a chegada dos migrantes que chegam à Europa através de outros meios, como por exemplo o aéreo e o terrestre. A maioria das imagens dos migrantes, são sempre em fronteiras marítimas, sempre em embarcações muito frágeis e lotadas, as pessoas não têm nome, não têm país, não têm idade, não têm profissão e não têm objetivos e diferentes histórias de vida.

Outro elemento bem presente na delimitação física das fronteiras, é o arame farpado. Este aspeto oferece realmente uma ideia de securitização, de limite entre “nós” europeus e “eles” migrantes. Oferece também uma ideia de fortaleza que tem de ser protegida, de intransponibilidade e ao mesmo tempo de desprezo pelo “outro”. O arame é suficiente para travar o deslocamento de quem tenta atravessar a fronteira. Para além de dissuasor, o arame farpado encerra em si a simbologia de um outro tipo de controlo e detenção: o dos campos de concentração. Como referido por Stillman & Paff (citado em Bauman, 1998), “podemos querer negar a ligação, mas o facto é que Buchenwald é tão ocidental quanto o Rio Rouge de Detroit – não podemos desprezar Buchenwald como mera aberração casual num mundo ocidental essencialmente sádico”, quando se referiam à tecnologia de poder aplicada nos campos.

A Europa, autodenominada como um espaço de Liberdade, Justiça e de Segurança como refere o Tratado de Amesterdão (1999), está neste momento a tornar-se num “espaço vital”, securitizado. A livre circulação é unicamente para os seus cidadãos, as normas de controlo para migrantes estão cada vez mais rígidas, a duração das detenções em centros fronteiriços está mais prolongada. No imaginário coletivo, se são detidos é porque são perigosos e se são perigosos a securitização tem de ser aumentada para a “nossa” própria segurança. Esta constante produção e reprodução de imagens, nos media não coloca unicamente as palavras em

prática, dão-lhes significado, constroem percepções e formulam entendimentos e processos de interação em curso (Denzin & Lincoln, 2000).

Outro aspeto observado, com bastante regularidade nas imagens, foram linhas férreas, estações e comboios. Estes elementos aparecem frequentemente associados a migrantes, evocando a viagem, o movimento, e a sua condição de não-permanência, são alguém que está de passagem por algum lugar. Paralelamente, existem ainda outras imagens onde os migrantes, em grupos consideráveis de homens mulheres e crianças caminham com os seus pertences. Estas imagens também transmitem a ideia de que eles caminham sempre para determinada direção. Ou seja, estão em trânsito, estes elementos cortam qualquer noção de estabilidade e permanência no que diz respeito aos migrantes que procuram asilo na Europa. Confirmando o que é referido por Rodrigues (2007): o conteúdo expresso numa fotografia é reforçado pelos valores agregados ao sentido de ritmo e relação entre formas e significados. É como se caminhar fizesse parte da condição de ser “refugiado”.

Paradoxalmente, a análise às imagens dos campos de refugiados e das tendas da ajuda humanitária, exhibe o contrário: muitos dos elementos presentes nas mesmas oferecem uma ideia de estabilidade e permanência. O que contraria a própria ideia de acolhimento de refugiados e requerentes de asilo: supostamente, temporário, a sua condição de emergência sugere que não se eternize. A literatura, porém, dá conta de pessoas que estão em campos de refugiados há dezenas de anos. Como verificado por Malkki (1996), “conversas sobre refúgio e exílio com pessoas em Mishamo começaram a sugerir, ao longo do tempo, que o refúgio era visto como uma questão de *se tornar* [refugiado]”. Malkki verificou também que de geração em geração, os refugiados Hutu, em Mishamo, começaram a considerar a sua condição como inerente. No caso da minha análise, as roupas a secarem nos estendais, alcatifas a forrarem o chão das tendas, crianças a caminharem para a escola de mochilas às costas, crianças a brincar e, pratos e talheres de elevada resistência, por exemplo, conferem noções de continuidade a quem analisa as imagens. Confirmando que, o que irá reforçar o conteúdo da imagem fotográfica é a disposição dos elementos para a composição do campo visual (Rodrigues, 2007).

Como referi anteriormente, as tecnologias aplicadas nos campos de refugiados estão cada vez mais desenvolvidas, uma espécie de cidade se vai planeando e desenvolvendo. Identifico aqui um paradoxo, enquanto certas imagens transmitem instabilidade e permanência outras mostram precisamente o contrário. Contudo, em nenhum dos casos as condições parecem ser favoráveis aos migrantes. Apesar dos elementos que identifiquei permitirem a continuidade nos campos

de refugiados, estes não podem ser considerados uma solução definitiva. Ao mesmo tempo, não se pode assumir que os migrantes têm para onde ir, quando as imagens os mostram a caminhar. Frequentemente, homens, mulheres e crianças aparecem em condições de espera e de abandono, sentados ou deitados junto de tendas, de linhas férreas, de estações e, com menos regularidade, de centros metropolitanos. Habitualmente, têm os seus pertences próximos de si e, caixas de cartão e mantas cinzentas da ajuda humanitária que os ajudam a proteger do frio. Considero que estas imagens têm como objetivo, mais uma vez, transmitir alguma passividade por parte dos migrantes, como se fizesse parte da sua condição esperar por indicações do que fazer e para onde ir, tal como na parábola de Franz Kafka – *Antes da Lei* (1915) – onde o homem do campo espera toda a sua vida para ter permissão para entrar na primeira porta, na qual nunca chega a entrar. Logo, a imagem exerce um poder social muito forte não só na opinião pública, como também contribui para a ordem dos refugiados, transformando estes em *corpos dóceis*. Segundo Foucault (1975), é dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. Houtum (2010), menciona que é a espera que mais nos revela. Esperar é disciplinar-se, a espera pede uma paralisação, uma fixação a um lugar e a sujeição ao passar do tempo. Quem espera não pode participar noutras atividades, não pode usar o seu tempo noutros lugares, quando decidiu ou é obrigado a aguardar (Houtum, 2010). E são estas imagens de espera e de passividade que, com regularidade, nos são transmitidas, sobre quem são os refugiados, nos meios de comunicação. Malkki (1996), sugere que o padrão discursivo e as formas de representação do refugiado advêm do jornalismo e dos media que falam de refugiados. Tal como mencionado por Newman (2003), a imagem dos migrantes económicos e dos "falsos requerentes de asilo" que é constantemente visionada nas sociedades ocidentais é uma característica regular dos meios de comunicação quando estes tratam das questões dos refugiados e de debate político. Uma das consequências mais importantes e de maior alcance dessas práticas representacionais estabelecidas e sistematizadas, mesmo que não intencionais, é o silêncio de pessoas que se encontram no espaço classificatório de "refugiados" (Malkki, 1996:386).

Ao mesmo tempo as imagens que representam homens, mulheres e crianças a passarem as fronteiras são também de desespero. Em alguns casos aparecem a fugir entre o arame farpado, com militares a correrem atrás de si. Algumas imagens<sup>1</sup>, evidenciam situações de confronto direto: não se sabe o que aconteceu naquele preciso momento, mas a ideia que dá é de que os

---

<sup>1</sup> Ver imagens 37 e 59, em anexo no CD-ROM.

militares correm com o cassetete em punho, atrás de homens e de mulheres com bebês de colo, ao mesmo tempo que estes estão em tentativa de fuga. Parece-me uma situação pouco real, na medida em que quem supostamente foge, sabe que teria poucas hipóteses de não ser apanhado, visto estar numa zona totalmente securitizada por militares armados. Estas imagens remetem para o exemplo dado por Godolphin (1995), a propósito de uma fotografia de Don McCullin, onde um “negro” corre à frente de um polícia fardado. Ao olharmos a foto, concretizamos imediatamente a ideia de que o negro está a fugir à frente do polícia. Contudo, apesar do fotógrafo ter capturado apenas estes dois indivíduos não podemos afirmar que a nossa suposição está correta. O “negro” que corre à frente do polícia fardado, é um agente à paisana e ambos correm na tentativa de apanhar uma terceira pessoa, que está ausente na foto. Este exemplo, é excelente no que diz respeito à polissemia da imagem e às possibilidades que esta oferece às mais variadas tematizações. Alterando o título, o texto ou mesmo a legenda do artigo, a representatividade da imagem é completamente alterada, logo uma fotografia é frágil na sua própria essência uma vez que nos leva a inúmeras interpretações.

Durante a minha análise, outras imagens<sup>2</sup>, chamaram a minha atenção, uma vez que não existe a representação do indivíduo em si mesmo. Estas imagens, divulgadas nos jornais portugueses, são imagens de pessoas desfocadas e/ou de costas. Noutros casos são imagens de mãos a saírem de tendas, de mãos a agarrarem as cercas de arame que envolvem os campos de refugiados ou simplesmente imagens de roupa estendida. Estas imagens ajudam-nos,

a ver como o “refugiado” é comumente constituído como uma figura que é pensada para “falar” para nós de uma maneira particular: sem palavras. Apenas a presença física do refugiado “conta” a sua história imediata de violência. Assim, tendemos a assumir.

(Malkki, 1996:390)

Considero que estas imagens transmitem a ideia de pessoas sem rosto, sem voz e sem qualquer tipo de agência, havendo aqui, mais uma vez, uma naturalização nas relações de poder, entre o “eu” que ajuda e o “outro” que recebe a respetiva ajuda. As práticas tendem a esconder as

---

<sup>2</sup> Ver imagens 98 e 99, em anexo no CD-ROM.

conexões políticas que ligam a própria história dos telespectadores com a história “daquela gente pobre ali” (Malkki, 1996:389).

Por último, outro facto que me chamou a atenção durante a minha análise foi a representação das mulheres que chegam à Europa. O *hijab* estava presente na cabeça das mulheres em praticamente todas as fotografias que analisei. Considero que há claramente uma tentativa de construir uma identidade unicamente muçulmana no que diz respeito às pessoas que chegam à Europa, de forma a consolidar a ideia de “invasão islâmica”. Weber (2004), viu que as diferenças nas formas de vida económica e diferenças que são exteriormente refletidas – roupas, residência e divisão do trabalho entre sexos - têm um papel bastante significativo na crença da identidade social. Neste seguimento, normalmente aproximamo-nos mais de quem nos identificamos e temos tendência a ignorar e, por vezes, a excluir aqueles que se apresentam de uma forma diferente em relação à que estamos habituados.

### **Capítulo 3 – Refugiados no discurso direto**

Como referi anteriormente, recorri ao método clássico da antropologia, a etnografia. Para tal, realizei 10 entrevistas semiestruturadas, com vários tópicos de conversa e os respetivos itens exploratórios. A entrevista etnográfica é um tipo de entrevista qualitativa muito comum no âmbito da antropologia cultural (Amante, 2014). Esta é uma técnica de recolha de dados indireta, já que o entrevistado é o intermediário entre o investigador e a respetiva informação.

Interessava-me aceder à representação que os refugiados têm de si, procurando um discurso na primeira pessoa. Desta forma, contei com o apoio do projeto “É uma Vida”, da Associação Crescer na Maior, que me facilitou o contacto e posteriormente um momento para entrevistar quatro refugiados, três refugiados Sírios e um refugiado Eritreu.

Simultaneamente, interessava-me, também, saber qual a representação que as pessoas que estiveram em contexto de fronteira em ações humanitárias, têm dos refugiados: como os vêem? Será que a representação construída pelas imagens, e à qual o comum das pessoas tem acesso – única fonte de informação sobre o que são, quem são e como vivem os refugiados – coincide com a representação que deles têm os trabalhadores humanitários que com eles contactam diariamente? Assim, entrevistei quatro pessoas, dois homens e duas mulheres, duas das entrevistas foram presenciais e as outras duas por Skype. Estas entrevistas em específico mostraram-se muito ricas, pois os intervenientes tinham experiências muito variadas, o que me

ajudou a entender algumas das dinâmicas efetuadas no contexto estudado, ou seja, a fronteira. A minha primeira entrevista foi realizada via Skype, a MD que trabalha, através de uma Organização Não-Governamental Alemã, em navios de resgate no mediterrâneo central, ao largo da costa da Líbia. O seu trabalho era o de resgatar embarcações e posteriormente contactar as entidades oficiais europeias que, por conseguinte, levariam os migrantes até à fronteira terrestre do continente europeu. Para além do navio de resgate, MD, esteve a dar apoio num quartel general em Malta, trabalhou com a Plataforma de Apoio ao Refugiado em Lesbos e ajudou na reparação de um navio, num estaleiro em Veneza. Aquando da entrevista, encontrava-se na Turquia à procura de histórias de refugiados para a possível realização de um documentário.

A minha segunda entrevista foi a PF, outro trabalhador humanitário que esteve em Ragusa, na ilha Sicília, num centro de acolhimento gerido por uma fundação, o seu trabalho era o de receber os migrantes e acompanhá-los nos primeiros tempos, após o seu resgate. A terceira entrevista foi a MR que esteve num campo para refugiados na Grécia, em Kara Tepe, o seu trabalho era essencialmente o de vigiar a costa com o objetivo de avistar as embarcações durante a noite. Durante o dia ficava no campo a dar apoio aos migrantes quando estes chegavam e, também, a ajuda-los a mudar de instalações dentro do próprio campo, caso fosse necessário. Uma outra atividade era a de organizar as doações dentro do armazém. Por fim, no que concerne aos trabalhadores humanitários, a última entrevistada foi a MV que esteve no norte da Grécia a 20 Km de Idomeni, num campo junto a uma bomba de gasolina em funcionamento à qual chamam de *Ecostation*. Esta trabalhadora humanitária, percebeu que a falta de informação era uma das lacunas principais aquando da chegada dos migrantes. No início do seu trabalho como voluntária nos campos de migrantes, fez de tudo um pouco, desde a distribuição de roupa, a comida e medicamentos. Contudo, observou que já havia voluntários suficientes para fazer esse tipo de atividade e foi quando iniciou uma plataforma de apoio aos migrantes, onde em várias línguas, ela e outros voluntários, dão a possibilidade aos migrantes de obter informações, sobre asilo, consoante o seu país de origem. Os migrantes têm também a oportunidade de marcar e posteriormente realizar, as entrevistas para a requisição de asilo pelo Skype, através da respetiva plataforma. Inicialmente, esta plataforma dava apoio unicamente aos migrantes que chegaram antes do acordo entre a UE e a Turquia, sendo que recentemente, surgiu a necessidade de apoiar também os migrantes do pós-acordo.

Como se pode verificar, apesar de todos estes trabalhadores humanitários serem os primeiros a receber os migrantes que chegam às fronteiras da Europa, o tipo de atividades que



desenvolveram foi e, em alguns casos, ainda é bastante diversificado. As suas experiências, como veremos adiante, ditam a representação que estes têm dos migrantes, por isso considere pertinente contextualizar o seu trabalho. Ainda a referir que, o facto de a entrevista ter sido realizada com portugueses, facilitou o meu posicionamento e entendimento, não havia a barreira cultural e as várias situações puderam ser facilmente traduzidas por palavras. Os entrevistados também se mostraram totalmente disponíveis, em todos os aspetos, querendo ao máximo divulgar as condições em que os migrantes se encontram.

Foi ainda possível entrevistar uma psicóloga, responsável pela coordenação e gestão das atividades do quotidiano dos refugiados, na Associação Crescer na Maior e, conseqüentemente saber qual a representação que a mesma tem dos refugiados. Esta psicóloga trabalha diariamente com refugiados na Associação Crescer na Maior, tendo uma opinião bastante consolidada sobre os mesmos, com os quais lida frequentemente.

Por fim, e como o meu trabalho se cinge particularmente à antropologia visual, especificamente à análise de fotografias, considere que seria interessante entrevistar uma fotografa que tinha estado, também, numa fronteira europeia e em contato direto com os migrantes. Esta fotografa esteve, durante dois meses, a fotografar a chegada dos migrantes ao porto de Pireus, em Atenas. Em algumas ocasiões, que identificou como importantes, deslocou-se pela capital grega de forma a fotografar momentos de confraternização entre os eles e, também, as condições do seu acolhimento. Fez ainda o trajeto do comboio noturno com os migrantes desde Atenas a Salónica e visitou um campo de refugiados junto da linha do comboio, localizado na fronteira com a Macedónia. Durante a entrevista a mesma mencionou que quando partiu para a Grécia, o seu grande objetivo era o de denunciar as condições em que se recebem os migrantes, bem como poder argumentar, através da sua experiência, as condições em que as pessoas se encontram. Ao longo da entrevista, a mesma teve o cuidado de justificar muito bem as suas respostas de forma a afastar a possibilidade de duplas interpretações da minha parte em relação à sua observação junto dos migrantes.

Relativamente aos refugiados entrevistados, todos eles estão inseridos no Programa Municipal de Acolhimento aos Refugiados na Cidade de Lisboa – PMAR LX, que tem como duração dezoito meses. Um ponto em comum entre todos e, que constatei nas entrevistas, é o de que nenhum deles colocou Portugal no momento em que preencheu o formulário de requerimento de asilo. Nas suas palavras, “foi Portugal que os escolheu”.

Entre as principais dificuldades sentidas durante a realização da pesquisa etnográfica contam-se, por exemplo, a dificuldade de encontrar um momento conveniente a todos os intervenientes

e posteriormente a interação com a maioria dos refugiados. Em praticamente todos os momentos, aquando das entrevistas com os refugiados, estive acompanhada por uma assistente social e por uma psicóloga. Todas as entrevistas foram realizadas em inglês, sem a necessidade de um tradutor, o que facilitou a minha interação para com os entrevistados. Duas das entrevistas foram realizadas na própria habitação dos refugiados e as outras duas na Associação Crescer na Maior. Antes de realizar as entrevistas aos refugiados, questionei a assistente social e a psicóloga, no sentido de saber a não conveniência da abordagem de assuntos que fragilizassem os mesmos, como por exemplo, questões relacionadas com as respetivas famílias. Neste ponto, não me foi colocada qualquer limitação. Assim, tornou-se mais fácil conduzir determinados assuntos durante as várias entrevistas.

Os refugiados, apesar de estarem acolhidos pela associação, sentem-se em alguns casos, à margem da sociedade portuguesa. Alguns encontram-se desmotivados e descrentes no que diz respeito ao desenvolvimento da sua vida em território português, pois compreendem os obstáculos relacionados com a procura de emprego, por exemplo. Sendo que este, é certamente, o ponto de partida para o seu bem-estar socioeconómico e as possibilidades que este lhes poderá trazer. Noutros casos, os refugiados sentem-se, nas suas palavras, “ratos de laboratório” e mostraram alguma revolta quando lhes foi perguntado se queriam participar nas entrevistas.

O momento das entrevistas foi preparado em conjunto com uma assistente social da respetiva associação, que posteriormente me referiu que os refugiados estão cansados não só da sua atual situação como também de questionamentos por parte das mais variadas entidades. Um aspeto também sublinhado pela fotografia que entrevistei, que me referiu que “as pessoas estão fartas de ser fotografadas, as pessoas estão fartas de que andem à volta delas, estão fartas de como as imagens são usadas nos media”.

No dia das entrevistas, dois dos supostos entrevistados faltaram ao encontro, contudo como era dia de ir buscar bens alimentares à associação, consegui duas entrevistas não-agendadas com outros refugiados. Nestas duas entrevistas, uma dificuldade que senti, esteve diretamente relacionada com as respostas dadas às questões que coloquei. Apesar de não porem qualquer entrave à gravação das entrevistas, os refugiados, em algumas das ocasiões deram-me respostas muito curtas, pouco elaboradas. Na maioria dos momentos tive de voltar a elaborar a pergunta por outras palavras, para conseguir os dados que necessitava para cumprir com o objetivo da entrevista.

Da análise às suas respostas durante as entrevistas, sobressaem a dependência e fragilidade social de alguns dos refugiados que se encontram em Portugal, a sua avaliação das condições

de acolhimento, mas igualmente a capacidade de avançar e de agência que, mais recentemente os meios de comunicação social também têm tentado promover junto da sociedade nacional através da divulgação de projetos que mostram uma faceta mais empreendedora, por exemplo.

F mostrou-se muito revoltado em relação á sua condição financeira atual e, também, ao facto de partilhar casa com refugiados com os quais não se identifica. Tem 35 anos e era corretor de bolsa em Damasco, na Síria, sente-se muito frustrado e deprimido nas condições em que se encontra, pois está consciente que o seu estatuto gera restrições e dependência, nomeadamente a nível financeiro uma vez que recebe uma bolsa mensal de apenas 150 euros. Referiu também que se sente numa prisão.

T, que também entrevistei na associação, não se apresentou revoltado em relação à sua situação, mas a sua tristeza era latente. A sua jornada desde a Eritreia até á fronteira europeia apresentou inúmeros obstáculos, visto ter estado sobre a alçada de traficantes. Até conseguir uma embarcação, que demorou dois dias e duas noites até à fronteira marítima italiana, T esteve sete meses à espera já depois de ter pago 2000 dólares aos traficantes. Não tem contato com a sua família, desde que saiu da Eritreia e pretende ficar em Portugal, continuar os seus estudos como professor de inglês e eventualmente constituir família. Apesar da sua tristeza, evocava um certo reconhecimento por estar a salvo e com o apoio do programa. Tem alguma autonomia económica relativamente às instituições de acolhimento, já que durante a semana trabalha num supermercado, e também social sendo que já tem uma rede de relações sociais que permite que, nos seus tempos livres, passeie e se encontre com amigos.

Noutros casos a comunicação foi mais fácil, não só porque os entrevistados eram mais jovens, como também pareciam mais integrados socialmente, em Portugal. A continuidade da sua vida profissional no país de acolhimento joga aqui um papel importante. Estes, iam com regularidade ao ginásio, encontravam-se a estudar, a dirigir projetos relacionados com a integração de refugiados e, um deles a lecionar árabe no ISCTE. Ambos visitam esporadicamente a mesquita de Lisboa, recebem amigos de outras nacionalidades em sua casa e, são também, convidados com regularidade para jantar em casa de amigos. Estes dois refugiados, eram estudantes de direito no seu país e pretendem continuar os seus estudos em Portugal, sendo que, um deles irá aplicar um projeto para receber uma bolsa de estudo. Na sua casa, antes da entrevista, fui presenteada com café árabe e as entrevistas ocorreram de forma fluida, sem qualquer constrangimento.

### **3.1. Os refugiados pelos trabalhadores humanitários e outros profissionais**

Como referi anteriormente, os trabalhadores humanitários que entrevistei, tendo em comum estarem na linha da frente no apoio aos migrantes que chegam às fronteiras da Europa, serem os primeiros a contactar com os migrantes, possuem representações divergentes em relação aos mesmos. As atividades que desempenharam, a sua duração e respetiva localização, têm influência na representação que estes possuem dos migrantes. As duas mulheres que entrevistei, tiveram mais convivência com os refugiados que chegam da Síria e do Afeganistão, por exemplo. Uma vez que desenvolveram e desenvolvem o seu trabalho na Grécia e na fronteira com Macedónia, tendo contactado maioritariamente com os migrantes que realizaram a rota dos Balcãs. Já os dois homens, estando um a maior parte do seu tempo em navios de resgate no mediterrâneo central e outro em Ragusa, na ilha da Sicília, tiveram a oportunidade de contactar mais com os migrantes Africanos. Em comum, todos os trabalhadores humanitários, possuem a ideia de que é impossível generalizar as pessoas que chegam, a todo o momento, às fronteiras da Europa. Outro aspeto partilhado por todos, é facto de manterem contacto com alguns dos migrantes com os quais desenvolveram laços de amizade.

Nas palavras de MD, que trabalhou em navios de resgate, este afirma que “não há uma representação geral que se possa fazer destas pessoas” e que “há de tudo”, referindo que há muitos cristãos da Eritreia e da Nigéria. Durante os regates, este puxa as pessoas uma a uma para dentro do navio. Então nessa situação tem a oportunidade de olhar as pessoas nos olhos e ver os seus traços físicos bem de perto, na sua individualidade. O facto de passar algum tempo à espera da guarda costeira, faz com que possa falar com os migrantes, tendo uma maior noção das suas diferenças.

PF, que esteve em Ragusa, na Sicília, afirmou que a realidade concreta do sul de Itália é a de migrantes da África Ocidental, declarando:

“Considero que são pessoas muito diferentes entre eles, então entre os Asiáticos e os Africanos é uma grande diferença. Mesmo dentro dos Africanos há mesmo muitas diferenças. O centro onde eu estava era só homens, entre os 18 e os 40 anos. Muitas destas pessoas fugiam da perseguição religiosa, portanto eram cristãos.”

Enquanto a análise das imagens deixa perceber a equivalência entre ser refugiado e ser muçulmano, a experiência do contacto direto revela outras afiliações religiosas mais próximas das dos europeus.

Ao longo da entrevista este ainda referiu que não possui uma representação geral dos migrantes, pois tal como em qualquer sociedade contactou com todo o tipo de pessoas, “desde cozinheiros a engenheiros informáticos”, ou seja, a parcialidade das representações formadas por quem não tem acesso a outro tipo de discurso que não o das imagens veiculadas pelas agências noticiosas não tem aqui espaço de manobra para formar identidades homogéneas.

As respostas dadas por estes dois entrevistados, contraria, pois, a informação passada pelos documentos que tive oportunidade de analisar. Enquanto que nas imagens analisadas a representação do “refugiado” é maioritariamente de pessoas que chegam do Médio-Oriente, a realidade que estes vivenciaram contrasta com o que é passado pelos jornais portugueses.

MR esteve em Kara Tepe, na Grécia e referiu que viu pessoas de vários lugares do mundo, mas que maioritariamente eram da Síria e do Afeganistão. Contudo, também viu muitos Africanos do Congo: “conheces pessoas de todo o género e feitio, professores do Congo por exemplo, pessoas exatamente iguais a nós. Pessoas que eram do governo, mas tiveram que fugir. Pessoas com milhões de profissões, tal como nós temos aqui”.

Por fim, MV, mencionou que seguramente mais de 80% das pessoas que viu chegar, eram Sírios, depois Afegãos e por fim Iraquianos. Disse que conheceu várias pessoas que tinham “uma casa, dois carros, bons empregos, eram engenheiros, eram professores, eram biólogos”. Referiu ainda que conheceu muita gente educada e com licenciaturas em diversas áreas, mas que neste momento sentiam uma enorme nostalgia e amargura em relação à derrocada do seu país, a Síria.

As nacionalidades com as quais MR e MV tiveram mais contacto foi com Sírios e com Afegãos, informações que correspondem com os dados do site da UNHCR, descritos na introdução deste trabalho e também com a análise efetuada aos documentos visuais, nos quais a representação do “refugiado” que chega à Europa, vem da região do Médio-Oriente.

Na experiência da fotografia “as pessoas são na sua grande generalidade pacíficas”. A mesma ainda referiu que as pessoas “são muito amistosas, apadrinham os filhos uns dos outros e dividem”. Viu em muitos momentos as pessoas a partilharem cobertas, tendas e refeições. Viu crianças que viajavam sem as famílias a serem acolhidas por outras famílias uma vez que a sua tinha ficado no país de origem devido às condições financeiras. Associa os migrantes a

momentos familiares, uma vez que, quando se deslocava à Praça Vitória em Atenas, para fotografar, os via reunidos na partilha das refeições.

Já a psicóloga da Associação Crescer na Maior referiu, durante a entrevista, que quando pensa ou fala em refugiados, vê cada uma das pessoas com quem trabalha diariamente. Nas suas palavras:

“Neste momento, quando falo em refugiados, eu penso em cada um deles individualmente. Todos eles são diferentes, todos eles têm as suas características, todos eles têm a sua *wishing list*, totalmente diferente de uns para os outros. Vejo-os a eles, vejo as histórias deles também e vejo-os enquanto pessoas e aquilo que podemos fazer com eles. Eles são como outra pessoa qualquer.”

Relativamente à representação da mulher migrante que chega às fronteiras da Europa, MD afirmou que não há uma representação que se possa fazer desta e que depende muito do país de onde vem. Referiu que há muitas mulheres grávidas. PF, que esteve no centro de acolhimento só para homens em Ragusa, referiu que do contacto que teve com as mulheres a representação com que ficou foi a das mesmas mostrarem ter imensa força, durante toda a situação. Ou seja, serem resilientes. MR e MV, ambas referiram que ao longo da sua experiência, tiveram mais contacto com mulheres Sírias e Afegãs, que na sua grande maioria possuem o *hijab*, mas que também as viram sem. MV referiu que “há muitos mundos muçulmanos” e que conheceu mulheres que não dão oportunidade aos maridos de terem outras esposas, sendo estas mulheres mais críticas e autónomas. Mas que também verificou que em famílias poligâmicas, as mulheres se comportavam de forma mais passiva. Representação que corresponde às imagens que foram analisadas. Todavia, ambas consideram este aspeto muito ambíguo uma vez que as mulheres apresentam personalidades e características muito diferentes entre si. MR, mencionou que as mulheres representam a parte mais vulnerável da população, devido às questões relacionadas com violações e tráfico humano. A psicóloga da associação referiu que também não possui uma representação em relação à mulher refugiada. Na Crescer na Maior existem várias famílias de refugiados onde as mulheres, apesar de serem sírias, não usam o *hijab*. Também existem as que usam, no entanto, e tal como me foi explicado pela psicóloga, quando esta visita as casas, as mulheres refugiadas não colocam o *hijab*, nem na presença do tradutor da associação. Referiu ainda que não é consoante a nacionalidade das mulheres, pois na associação existem eritreus e

sírios cristãos, curdos da fração síria e apátridas também, logo não é possível haver uma catalogação destes. Outro aspeto importante foi referido pela fotografa, que disse que a maioria das mulheres com as quais contactou sabiam falar inglês e que possuíam cursos superiores o que também desconstrói uma certa imagem de submissão e falta de autonomia que o mundo ocidental tem das mulheres muçulmanas, tomando para si a ideia de que tem que ser protegidas, algo que a antropóloga Lila Abu-Lughod (2013) tem trabalhado.

Como é possível verificar, segundo o que foi referido pelos trabalhadores humanitários e pela fotografa, não há uma representação geral que se possa fazer da mulher “refugiada”. Em primeiro lugar, o uso do *hijab*, é unicamente uma forma de expressão religiosa com inúmeras variações. Seguidamente, existem várias formas de organização familiar, desde mulheres solteiras, famílias monogâmicas e famílias poligâmicas que podem, ou não, ressaltar um comportamento, mais ou menos passivo, no que diz respeito à mulher. Por fim, os trabalhadores humanitários conheceram mulheres de vários quadrantes, com várias profissões e ocupações que os consciencializam da impossibilidade de generalizar.

Em termos de representatividade de género, todos os trabalhadores humanitários, referiram que a noção com que ficaram era a de um maior número de homens, maioritariamente jovens adultos, contudo também verificaram famílias. MD referiu que “a razão é que antes era possível chegar a Alemanha, pedir asilo e depois mandar vir a família. Nesse caso fazia sentido que a pessoa designada para fazer a travessia fosse o elemento mais resistente. Jovens rapazes”. PF afirmou que, do seu conhecimento os homens mais jovens, foram enviados pelos pais devido ao regime ditatorial da Gâmbia, por exemplo, devido à falta de oportunidades. Igualmente na Nigéria, devido às perseguições religiosas e ação repressiva do governo que expropria as pessoas das suas casas por haver prospeções de petróleo ao redor das mesmas. MR, por ter trabalhado num campo só para famílias, também considera que pela sua experiência pontual no campo viu algumas famílias, no entanto, de forma geral a sua noção de género é maioritariamente o masculino. Já a fotografa, verificou no porto de Pireus que as crianças são quem chegam em maior numero. Na entrevista com a psicóloga da associação, esta também me referiu que existem algumas crianças refugiadas em Portugal, em escolas, mas considera que o género masculino é o que possui maior representatividade. Tal como referi anteriormente, muitas crianças viajam sozinhas, sem os seus pais, sendo apadrinhadas por outras famílias durante a travessia. Aspetos que contrariam a representação visual elaborada pela comunicação social, onde as mulheres aparecem representadas com uma maior frequência em relação aos homens.

Durante as entrevistas considerei, também, que seria pertinente interrogar os trabalhadores humanitários, a fotografa e a psicóloga da associação sobre as questões relacionadas com o desespero e a espera, identificadas anteriormente na análise das imagens. Importa referir, que nem todos possuímos o mesmo entendimento em relação à palavra desespero, uma vez que as nossas experiências ditam o significado que esta possui para nós. Contudo, MD referiu que a sua experiência no barco de resgate lhe deu uma noção de maior desespero por parte dos migrantes, uma vez que estes se encontram entre a vida e a morte. Relativamente ao campo de refugiados por onde passou sentiu mais a espera. PF, referiu que viu pontualmente picos de desespero, que considerou normais devido ao tempo que os refugiados se encontravam no centro de acolhimento em Ragusa. No entanto considera que a situação é mais de espera. A partilhar da mesma opinião está MR, que mencionou ter encontrado pessoas que vieram de outros campos e que estavam nesta situação há mais de um ano e meio e que naturalmente lhes causa desespero. MV, referiu que:

“Depende das pessoas e depende das fases. Com muito calor e muito frio e, no ramadão com muito calor há mais desespero. Mas como te disse, pessoas com uma capacidade de resiliência anormal. É muito mais uma questão de desânimo, porque são campos de espera. Eles não têm mão no seu próprio destino.”

Considero que independentemente de as imagens fotográficas representarem situações de desespero e de abandono, é importante a sua contextualização, se possível com as palavras de quem esteve presente no momento em que a fotografia foi capturada. Todos os trabalhadores humanitários, de uma forma ou de outra, percecionaram estas situações, todavia souberam entende-las e contextualiza-las consoante os momentos vividos pelos migrantes, o que faz toda a diferença em relação as questões de sensibilização.

Por fim, a fotografa desmistificou algumas das situações de desespero. Este torna-se mais latente quando é necessário garantir um transporte até à próxima fronteira, uma vez que os transportes estavam constantemente lotados. Daí os migrantes, em muitos casos decidirem caminhar e não esperar nos campos. Identificou também situações de desespero em relação à alimentação, à habitação, às condições de saúde e, desespero por informação verídica. MV, durante a sua entrevista, referiu que uma das razões que a levou a criar a página no Facebook *Mobile Info Team*, foi o facto de os boatos terem um poder muito forte no campo de refugiados.



Mencionou uma situação em específico, onde o boato seria o de que as fronteiras iriam ser reabertas. Nesse dia todos os refugiados abandonaram as suas tendas e alguns dos seus pertences para se dirigirem para a fronteira com a Macedónia, sendo que posteriormente “esta verdade” não se confirmou, criando momentos de grande frustração e desmotivação nas pessoas. Paralelamente, gerou problemas de reorganização, uma vez que os refugiados tiveram de voltar a se restabelecer onde estavam.

Uma outra questão, colocada a quem esteve nas fronteiras diz respeito aos militares. Esta questão, abordada na entrevista, surgiu aquando da análise das imagens, onde como se pode observar anteriormente, os militares aparecem sempre como a representação máxima do estado, armados e equipados, com utensílios de higienização. MD, referiu que ao longo da sua experiência, foi possível constatar que a UE faz cada vez menos resgates, deixando estes nas mãos das ONG’s, tal como a que ele colabora. Portanto, o facto de a UE justificar a militarização das fronteiras europeias com o objetivo de manter a segurança, vai ao encontro do que foi referido por Bigo, no capítulo 1 deste trabalho que é: a securitização não gera segurança na sua totalidade, terá sempre consequências para o “outro”, como é o caso dos refugiados. Continuando com o que me foi referido por MD, os estados da UE querem que as ONG’s levem os refugiados para terra. O mesmo ainda mencionou que um dos projetos de maior sucesso que era apoiado pelo Estado Italiano, o *Mare Nostro*, terminou, sendo que através do mesmo se efetuaram cerca de 150 000 resgates. Deste o seu termino que o mediterrâneo viu afundar muitas embarcações que não tiveram tempo de ser resgatadas pelas ONG’s. A frontex assumiu, contudo sem grandes objetivos de resgate, operando mais a dismantelar redes de tráfico e de contrabando. MV, referiu que não presenciou violência física por parte dos militares, mas que viu outra que pode ser mais complicada, “a apatia e o fingir que não se via”. Mencionou que quem é suposto providenciar segurança não o faz, nomeadamente em situações de pancadaria entre migrantes e suspeitas de violação. MR, viu militares em Moria, um campo localizado perto do seu, afirmou que estes estão sempre armados e que entram em ação sempre que há algum incidente. Por outro lado, PF, mencionou que não esteve na presença de militares e que as pessoas da sua fundação eram “muito calorosas”, onde havia toda uma perspetiva de familiaridade. A fotografa sentiu que um dos seus maiores obstáculos foi aquando da sua presença no porto de Pireus, para fotografar. Referiu que a única instância do estado que se encontra a receber os refugiados, é a policia militar. Através da sua experiência contou-me que a mesma não gosta de ser fotografada durante as suas ações, bem como outras situações que poderão denunciar eventualmente as insuficiências da Europa, através da fotografia. O fato dos

militares agirem cumprindo ordens superiores, faz os migrantes estarem em constante estado de exceção de direitos, o que não convém ser divulgado através de imagens. A fotografa referiu ainda que normalmente só conseguia recolher imagens dos militares quando estes se encontravam de costas, o que explica a posição dos mesmos em algumas das imagens que analisei.

Todos os entrevistados referiram que a sua opinião em relação as pessoas se manteve, contudo, tiveram um maior conhecimento de outras dinâmicas que acontecem na vida dos migrantes. PF, que esteve maioritariamente com migrantes Africanos teve conhecimento dos inúmeros motivos que os levaram a partir, de situações de tráfico humano durante as travessias no mediterrâneo e dos locais de detenção situados nos centros europeus, por exemplo. Todas estas questões foram uma novidade para si. Por outro lado, MR, refletiu sobre o facto das pessoas estarem a fugir do terrorismo islâmico sendo que ao mesmo tempo são chamados de “terroristas”. No seu entendimento é uma situação bastante ingrata. A fotografa referiu que comprovou aquilo que já sabia. Na sua opinião não é uma guerra de religiões, mas sim uma guerra económica, mencionando que se a Europa estivesse num outro momento económico o capitalismo absorveria grande parte destas pessoas. Referiu, também, que “é a Europa fortaleza, sempre o foi”.

No que concerne aos elementos presentes na fronteira, praticamente todos os trabalhadores humanitários e a fotografa associam os refugiados a linhas férreas, tendas, casas de banho portáteis, comboios e arame farpado, uma vez que esse foi o meio que os envolveu durante o período que trabalharam. Aspetos estes, que coadunam com o que é representado nas imagens fotográficas dos jornais portugueses de grande tiragem. MD, trabalhador do navio de resgate, referiu que não possui essa associação e, o facto da sua experiência ser bastante diversificada não lhe permite obter uma representação exclusiva desses elementos. No entanto, apesar da maioria dos trabalhadores humanitários terem noção desta representação, referiram no final da entrevista que é necessário criar mais debates sobre o assunto, contextualizando-o melhor, de forma a que os casos sejam conhecidos de forma individual e não de uma forma coletiva. Só deste modo se terá uma consciência de que estamos perante indivíduos com necessidades específicas e não de uma “massa humana invasora”. Numa atitude crítica, destacam, que a comunicação social se preocupa muito em relatar situações escandalosas que acontecem pontualmente, em vez da situação num sentido contínuo. Focam-se também no problema humanitário sem se referir à inação por parte dos governos europeus.

### 3.2. A autorrepresentação: “fala comigo como pessoa, não como refugiado”

No momento das entrevistas com os refugiados, foi-lhes perguntado, o que era para eles um refugiado. As respostas foram bastante diferentes entre si. T, refugiado Eritreu, sente neste momento muita falta de casa, respondeu-me que quando falamos de refugiados, falamos de um tipo de pessoa que vem de situações diferentes, relacionadas com guerra e questões políticas. Disse-me, também, que podem ser situações muito diferentes entre si. F, o corretor de bolsa Sírio, deu-me uma resposta no mínimo interessante:

“I want to tell you something, ask everyone here... I don't like people taking pictures of me. Never! Because I need to forget this situation and this idea that I am a refugee, only I am a human, please, talk with me as a person, not as a refugee. This word makes me nervous. I don't like when people say, “he is a refugee”. Not only me, but everyone is trying to forget this word. If I see a picture I will be upset.”

A, estudante de direito e professor de árabe mencionou-me, também de forma crítica:

I don't like this... Of refugees. (...) I don't like this but I don't have any problem, refugees or migrants. Because if you ask me something is about myself... But if I think about refugees I think about sea. Because a lot of refugees move to Europe through the sea. And is dangerous and now I hate sea. When I was living in Istanbul I took a boat for tours, but now no.

Este mencionou ainda que a maioria das discussões em torno dos temas relacionados com os refugiados não têm a participação dos mesmos, o que para ele não faz sentido.

Por fim, N que também é estudante de direito referiu-se aos refugiados como “vida”. Disse-me que quando pensa em refugiados pensa sobre vida e futuro, uma vez que não teve a possibilidade de os desenvolver no seu país. Para ele será como começar a sua vida desde o início, então coloca a sua vida em perspetiva para com o futuro: “But I have a future and I want to continue that. I want the best about it”.

Malkki (1996), referiu que a elaboração da condição legal do refugiado numa certa condição social ou identidade moral não ocorre de forma automática ou previsível, e que mesmo as pessoas que fugiram originalmente “do mesmo lugar” podem muito frequentemente, definir o significado da condição de refugiado de forma diferente, dependendo das circunstâncias do seu asilo.

Como se pode observar, a representação que os trabalhadores humanitários e a psicóloga possuem é bastante coerente, uma vez que têm consciência da redundância das generalizações. Todos eles, de uma forma ou de outra, tocaram na questão da individualidade. Veem os refugiados como indivíduos de caráter diferenciado, que não possuem as mesmas necessidades e aspirações de vida.

Os refugiados, ao contrário daquilo que é perspectivado nos media, mostraram-se bastante autónomos e críticos em relação à sua atual situação. Ao contrário de F, todos neste momento possuem uma ocupação profissional e/ou académica. Neste sentido, a representação que é elaborada nos media não é coerente com aquilo que é dito pelos trabalhadores humanitários, bem como com o que é mencionado pelos próprios refugiados. A referir que, em nenhum momento os refugiados mostraram passividade no seu discurso, mas sim a sua vontade de continuar com os seus objetivos pessoais e profissionais. Existe, portanto, agência por parte dos refugiados, não só no seu discurso como também na sua ação. Aspetos igualmente identificados por Borri, Orria & Vailati (2014), ao afirmarem que no contexto italiano, os refugiados possuem um certo grau de agência devido à natureza das ligações que desenvolvem com os locais.

A realização das entrevistas teve como finalidade, confrontar o conteúdo das mesmas com a análise que elaborei das imagens e a revisão de literatura. Enquanto que na minha análise de discurso foram estabelecidos pontos em comum com o que está descrito na revisão da literatura, nas entrevistas isso já não acontece. Malkki (1996), refere que a primeira coisa a notar sobre a relação mútua entre imagem e narrativa, espetáculo e autorrepresentação, é que as fotografias e outras representações visuais dos refugiados são muito mais comuns do que a reprodução impressa do que os refugiados particularmente disseram. Neste sentido, é importante, trazer os refugiados a debate, uma vez que este é sobre os próprios.

## Considerações finais

Realizei esta pesquisa com o objetivo de refletir sobre a forma como as imagens, nomeadamente as fotográficas, criam representações sobre migrantes, refugiados e requerentes de asilo. É importante desmistificar que ao contrário da generalização que é feita pela comunicação social e, tal como é mencionado por Malkki (1995), os migrantes constituem uma forma económica de migração, enquanto que os refugiados e requerentes de asilo uma forma política de migração. São universos bastante divergentes, onde o primeiro é uma escolha e o segundo uma consequência imposta por catástrofes ambientais e determinadas situações políticas, por exemplo.

A finalidade desta investigação não é o de descredibilizar a arte da imagem, ou fotojornalismo, mas sim refletir a forma como esta influencia o quotidiano dos migrantes pelo potencial que tem para formar uma opinião única, parcial, nas sociedades anfitriãs. Considero que a fotografia pode em muitos casos denunciar situações de abuso e de poder. Contudo quando já existe uma ideologia pré-estabelecida, o objetivo não é certamente o de denúncia. Neste caso, a perspetiva monocular tende a catalogar o “refugiado” como uma história única. A imagem deste, quando disseminada nos meios de comunicação social torna-se na “realidade” da sociedade. É a única forma que esta tem acesso à figura do “refugiado”. Consequentemente, as imagens criam em muitos casos o medo generalizado por parte daqueles que seriam os anfitriões. Este medo generalizado acaba por influenciar aqueles que têm a sua vida em *stand by* na fronteira.

Na minha perspetiva e como pude constatar ao longo da pesquisa, a fotografia é um objeto que incorpora a finalidade da estrutura panótica de Bentham. O facto de os refugiados serem vistos sem ver, sem terem conhecimento de como, quando, onde e para quem vão ser representados cumpre com as finalidades do panótico.

No caso específico desta pesquisa, as imagens fotográficas que analisei entre 2014 e 2016, mostram, na sua grande generalidade, os refugiados como sujeitos passivos, abandonados e em espera, que chegam às fronteiras da Europa em embarcações frágeis, de borracha, carregados com os seus pertences e crianças de colo. As imagens mostram, que o seu meio envolvente é constituído unicamente por linhas férreas, comboios e, tendas da ajuda humanitária cercadas por arame farpado. O estado está sempre representado por militares armados ou com utensílios de higienização, sugerindo que as pessoas são perigosas e um eventual perigo sanitário.

Assim, considero que os “refugiados” não são representados na sua individualidade, como pessoas que possuem características distintas, que vêm de países diferentes, com religiões,

profissões, desejos e condições de partida diferentes. Estas práticas tendem a silenciar os refugiados e a vincar, ainda mais, a distância entre o “nós” e o “eles” em termos de dinâmicas sociais e culturais. Estes aspetos potenciam a construção e a consolidação de discursos que promovem atitudes de exclusão, mesmo que estas em alguns casos estejam nas entrelinhas.

Estes aspetos contrastam com a informação que recolhi durante o momento das entrevistas, uma vez que todos os entrevistados – refugiados e trabalhadores humanitários – têm consciência da redundância das generalizações. Ao mesmo tempo, os refugiados entrevistados revelaram um enorme sentido de agência, uma vez que na sua grande maioria, dispõem já de alguma disponibilidade económica e social. Aspetos que foram sendo referidos ao longo do capítulo 3.

## Bibliografia

- Abu-Lughod, L. (2013). *Do Muslim Women need saving?* London: Harvard University Press.
- Agamben, G. (2008). Beyond Human Rights. In: G. Agamben. 'Means Without End. Notes on politics'. In: *Theory out of Bounds*, vol.20 (Minneapolis/London).
- Agamben, G. *Estado de Exceção*. Edições 70: Lisboa, 2015 [2003].
- Agier, M. (2006). Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.18, n.2: 197-215.
- Agier, M. (2010). Corridors of exile: A worldwide web of camps.
- Amante, M. (2014). *Etnografia e Trabalho de Campo*. Lisboa: ISCSP. (polic.)
- Amante, M. (2017). *Sociologia das Migrações*. Lisboa: ISCSP. (polic.)
- Appadurai, A. (2004). *Dimensões Culturais da globalização – A Modernidade sem Peias*. Lisboa: Teorema.
- Arendt, H. (1943). *We refugees*, in *Altogether Elsewhere*. London: Faber and Faber.
- Arendt, H. *Eichmann in Jerusalém – A Report on the Banality of Evil*, U.S.A.: Penguin Classics, 2006 [1963].
- Banks, M. & Zeitlyn, D. (2015). *Visual Methods in Social Research*. London: SAGE Publications.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barthes, R. *O óbvio e o obtuso*. Lisboa: Edições 70, 2014 [1982].
- Barthes, R. *A Câmara Clara*. Lisboa: Edições 70, 2015 [1980].
- Baudrillard, J. (1983). "The ecstasy of Communication" em Hal Foster (ed) *The Anti-Aesthetic*. N.Y: Port Washington.
- Bauman, Z. *Modernidade e Holocausto*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998 [1996].
- Bermejo, R. (2009). 'Migration and Security in the EU: Back to Fortress Europe?', *Journal of Contemporary European Research*. 5(2), pp: 207-224.
- Bernard, R. (2002). *Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Methods* (3<sup>rd</sup> ed.). Walnut Creek, CA: AltaMira Press.

- Bigo, D. (2014). Afterword: Security – Encounters, misunderstanding and possible collaborations. In: Maguire M, Frois C, Zurawski N (eds) *The Anthropology of Security: Perspectives from the Frontline of Policing, Counter-terrorism and Border Control*. London: Pluto, 189–205.
- Borri, G., Orria, B. & Vailati, A. (2014). Ambiguous Welcomings: The Identity Construction of Asylum Seekers in Turin, Italy. *Urbanities*, vol. 4, n. °1, pp: 11-25.
- Bousfield, D. (2005). The Logic of Sovereignty and the Agency of the Refugee: Recovering the Political from ‘Bare Life’. *YCISS Working Paper Number 36*.
- Campos, R. (2011). Imagem e tecnologias visuais em pesquisa social: tendências e desafios. *Análise Social*, vol. XLVI (199), 237-259.
- Creswell, J. *Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto (2ª edição)*. Porto Alegre: Artmed, 2007 [2003].
- Da Mata, J. (2012). O Holocausto, Modernidade e Banalidade do Mal. *Revista Pandora Brasil*, n.º 40, 168-179.
- Debord, G. *A sociedade do espetáculo*. Projeto Periferia, 2003 [1931-1944].
- Denzin, N. K. & Lincoln, Y. S. (2000). *Handbook of Qualitative Research* (2nd edition). SAGE Publications, Inc.
- Fassin, D. (2008). Beyond good and evil? Questioning the anthropological discomfort with morals, in *Anthropological Theory*. Vol. 8, n. 4, pp. 333-344.
- Gee, J. P. (2011). *How to do Discourse Analysis – A Toolkit*. Routledge.
- Consultado a 10 de Março de 2017.
- Foucault, M. *Vigiar e Punir*. Petropolis, Edições 70, 2013 [1975].
- Godolphim, N. (1995). A fotografia como recurso narrativo: Problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. *Horizontes Antropológicos*, n. °2. pp: 161-185.
- Goffman, E. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Zahar Editores, 1980 [1963].
- Goggin, S. (2009). Human Rights, Anthropology and Securitization: Reclaiming Culture. *JEMIE* 8.



- Goldstein DM (2010) Toward a critical anthropology of security. *Current Anthropology* 51(4): 487-517.
- Gupta, A. & Ferguson, J. (1992). Beyond “Culture”: Space, Identity, and the Politics of Difference. *Cultural Anthropology*, vol.7, n. °1, pp:6-23.
- Gupte, J. & Mehta, L. (2007). Disjunctures in Labelling Refugees and Outstees. In: *The Power of Labelling: How People Are Categorized and Why it Matters*. EARTHSCAN: London – Sterling, VA.
- Haddad, E. (2004). Who is (not) a Refugee? *EUI Working Paper SPS No 2004\6*.
- Hall, A. (2012). *Border Watch. Cultures of immigration, detention and control*. University of New York.
- Harrell-Bond, B. E. and Voutira, E. ‘Anthropology and the study of Refugees’, *Anthropology Today* 8, 4 (1992): 6-10.
- Houtum, H. V. (2010). Waiting Before the Law: Kafka on the border. *Social & Legal Studies*. 19(3) 285-297.
- Houtum, H. V. & Wolfe, S. (2017). Waiting. In: *Border Aesthetics – Concepts and Intersections*.
- Jacobsen, K. & Landau, L.B. (2003). The Dual Imperative in Refugee Research: Some Methodological and Ethical Considerations in Social Science Research on Forced Migration. *Disasters*, 27: 185-206.
- Kellner, D. (2005). Media Culture and the Triumph of the Spectacle. In: *The Spectacle of the Real: From Hollywood to ‘reality’ TV and Beyond*. Intellect.
- Khosravi, S. (2007). The ‘illegal’ traveller: an auto-ethnography of borders. *Social Anthropology*. 15, 3, 321-334.
- Malkki, L. (1995). Refugees and Exile: From “Refugee Studies” to the National Order of Things. *Annual Review of Anthropology*, vol. 24, pp. 495-523.
- Malkki, L. (1996). Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization, *Cultural Anthropology*, 11(3): 377-404.
- Martins, H. (2013). Sobre o lugar e os usos das imagens na antropologia: notas críticas em tempos de audiovisualização do mundo. *Etnográfica* Vol. 17, n. 2, p. 395 – 419.

- Mead, M. (1975). Visual Anthropology in a discipline of words. In: HOCKINGS, Paul (Ed.). *Principles of Visual Anthropology*. Paris: Mouton, p. 3-10.
- Mirzoeff, N. (2002). The Empire of Camps. *Situation Analysis I*, pp. 20-25.
- Newman, E. (2003). Refugees, international security, and human vulnerability: Introduction and survey. In: *Refugees and forced displacement: International security, human vulnerability, and the state*. United Nations University Press.
- Novaes, C. (2012). A construção de Imagens na Pesquisa de Campo em Antropologia. *Illuminuras*, vol. 13 (31), 11-29.
- Pink, S. (2001). *Doing Visual Ethnography*. London: SAGE Publications.
- Rial, C. (1995). Estereótipos Raciais e Étnicos na Publicidade Brasileira. In: L. Nicolas Guigou. (Org.). *Trayectos antropológicos*. 1 ed. Montevideo: Nordan Comunida, 2007, p. 149 -160.
- Rial, C. (1995). Por uma Antropologia do Visual Contemporâneo. *Horizontes Antropológicos*, n.º 2, pp: 119-128.
- Rial, C. (2003). Guerra de Imagens: o 11 de Setembro na media. *Antropologia em primeira mão*.
- Rial, C. (2007). Guerra de Imagens e Imagens de Guerra: Estupro e Sacrifício na Guerra do Iraque. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 15(1).
- Ribeiro, J. S. (2005). Antropologia Visual, práticas antigas e novas perspectivas de investigação. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 2005, Vol. 48 n. 2.
- Rodrigues, R. C. (2007). Análise e Tematização da Imagem Fotográfica. In *Ci. Inf.*, Brasília, Vol. 36, n. 3, p. 67-76.
- Said, E. (1994). "Reflections on Exile" in Marc Robinson (ed.) *Altogether Elsewhere: Writers on Exile*. Boston: Faber & Faber, pp.137-149.
- Sigona, N. (2014). 'The Politics of Refugee voices: Representations, narratives and memories'. In: *The Oxford Handbook of refugee and Forced Migration Studies*, pp: 369-382.
- Silva, A. (2008). Estado, monopólio da violência e policiamento privado: com quem fica o uso legítimo da força física na sociedade contemporânea? *Emancipação*, Ponta Grossa, 8(2): 9-19, 2008.
- Simmel, G. (1902). A metrópole a vida Mental. In Velho, G. *O Fenómeno Urbano* (pp. 11-25). Rio de Janeiro: Zahar Editores.

- Sjöberg, U. & Rydin, I. (2008). Discourses on media portrayals of immigrants and the homeland. Paper presented at ECREA's 2<sup>ND</sup> European Communication Conference, Barcelona.
- Solomon-Godeau, A. (1986). *Who is speaking thus?* University of Minnesota Press;
- Sontag, S. *Ensaio sobre fotografia*. Lisboa: Quetzal, 2012 [1973].
- Sontag, S. *Olhando o Sofrimento dos Outros*. Lisboa: Quetzal, 2015 [2003].
- Souza, T. (1998). Discurso e Imagem: perspectivas de análise do não verbal.
- Santinho, M. (2013). Afinal, que asilo é este que não nos protege? *Etnográfica* 17(1): 5-29.
- Stein, B. (1981). The Refugee Experience: Defining the Parameters of a Field of Study. *International Migration of Review* 15(1): 320-330.
- Szörényi, A. (2006). The images speak for themselves? Reading refugee coffee-table books. *Visual Studies*, vol. 21 (1).
- Turner, V. (1974). *O Processo Ritual – Estrutura e Antiestrutura*. Petrópolis: Editora Vozes Lda.
- Vicsek, L., Kezsi, R. & Márkus, M. (2008). Representation of Refugees, Asylum-Seekers and Refugee Affairs in Hungarian Dailies. *Journal of Identity and Migration Studies*, Vol. 2 n. °2, pp: 87-107.
- Wringh, T. (2000). Refugees on Screen. *Refugee Studies Centre*, vol. 5.
- Weber, R. P. (1990). *Basic content analysis (2nd ed.)*. Newbury Park, CA: Sage.
- Weber, Max. *Economia e Sociedade*. Volume 1, São Paulo, UNB, 2004 [1920].
- Wodak, R. (1999). *The Discursive Construction of National Identity*. Edinburgh University Press.
- Zembylas, M. (2010). Agamben's Theory of Biopower and Immigrants/Refugees/Asylum Seekers. Discourses of Citizenship and the Implications for Curriculum Theorizing. *Journal of Curriculum Theorizing*, vol. 26, n. °2, pp: 31-45.
- Zetter, R. (1991). 'Labelling Refugees: Forming and Transforming a Bureaucratic Identity', *Journal of Refugee Studies* 4, 1: 39-62.

## Webgrafia

ACNUR, 2016 [1951], *Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados, Genebra, UNHCR*, [http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao\\_relativa\\_ao\\_Estatuto\\_dos\\_Refugiados.pdf?view=1](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1).

Barnum, A. (2017). Marginalized Urban Spaces and Heterotopias: An Exploration of Refugee Camps. Disponível em: <http://rumiforum.org/marginalized-urban-spaces-and-heterotopias-an-exploration-of-refugee-camps/>. Consultado a 5 de Maio de 2017.

Foucault, M. De outros espaços. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de Março de 1967. Disponível em <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/foucault-de-outros-espacos.pdf>.

FRONTEX, (2017), “frontex”, página consultada a 22 de Abril de 2017, disponível em [http://frontex.europa.eu/assets/Publications/Risk\\_Analysis/Annual\\_Risk\\_Analysis\\_2017.pdf](http://frontex.europa.eu/assets/Publications/Risk_Analysis/Annual_Risk_Analysis_2017.pdf).

Gledhill, J. 2008. Anthropology in the age of securitization. Disponível em <http://jg.socialsciences.manchester.ac.uk/Conferences/Anthropology%20in%20the%20Age%20of%20Securitization.pdf>. Consultado a 7 de Fevereiro de 2017.

IOM, (2017), “IOM”, página consultada a 23 de Abril de 2017, disponível em <http://gmdac.iom.int/global-migration-trends-factsheet>.

*Tratado de Amestrção de 1998. (1998)*. Consultado a 20 de Abril de 2017. Disponível em: <http://ftp.infoeuropa.eurocid.pt/database/000000001-000001000/000000517.pdf>.

UNHCR, (2017), “unhcr”, página consultada a 21 de Abril de 2017, disponível em <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>.

## Anexos

### Anexo 1 – Tabela de Categorias de Análise

| Categorias da Imagens |                          | Descrição   |
|-----------------------|--------------------------|---|
| Estado                | Militares                | Militares armados com escudos protetores, coletes, capacetes, cassetetes e pistolas. Alguns militares apresentavam ainda mascaras faciais e luvas brancas. Em algumas situações aparecem a dar água, a dar indicações ou a segurar bebês de colo;                     |
|                       | Cercas de Arame          | Presença constante de arame farpado e outros tipos de cercas na delimitação de fronteiras e campos de refugiados;   |
|                       | Linha Férrea e Comboio   | Refugiados aparecem frequentemente junto a linhas férreas e/ou comboios. Sentados, a caminhar, a entrar em comboios, junto das estações de caminhos de ferro ou em situações de espera;   |
|                       | Tendas                   | Ao longo das fotos foi possível observar refugiados junto de tendas. As tendas aparecem como uma solução provisória para os refugiados que escolhem a via terrestre. São improvisadas com materiais aleatórios (madeira, lençóis, plástico) e outras são de campismo; |
|                       | Embarcações de borracha  | A maioria das embarcações observadas nas imagens, são de borracha. Apresentam-se como uma estrutura frágil e bastante vulnerável. Normalmente os refugiados vestem coletes salvavidas laranja (que também são possíveis de observar junto às fronteiras marítimas;    |
| Fronteira             | Embarcações Lotadas      | Qualquer que seja o tipo de embarcação, vem sempre lotada de homens, mulheres, crianças e bebês de colo;  |
|                       | Crianças e bebês de colo | É recorrente ver crianças nas imagens, principalmente bebês de colo (aparecem com mais frequência);   |
| Refugiado             |                          |   |

|                        |  |
|------------------------|--|
| <b>Bagagens</b>        | Com os refugiados vêm sempre bagagens que podem ser sacos de plástico, sacos de plástico pretos grandes, malas de viagem e mochilas;   |
| <b>Espera</b>          | Em muitas imagens os refugiados aparecem sempre em situações de espera, sentados ou deitados junto de tendas, de linhas férreas, de estações e algumas vezes em centros metropolitanos;  |
| <b>Desespero</b>       | Imagens que representam o desespero de homens, mulheres e crianças a passarem a fronteira, em situações de fuga, de doença, de cansaço;  |
| <b>Abandono</b>        | Em muitas imagens os refugiados aparecem em situações de abandono, sentados ou deitados junto de tendas, de linhas férreas, de estações e algumas vezes em centros metropolitanos. Em alguns dos casos aparecem tapados com cobertores cinzentos da ajuda humanitária; |
| <b>Lenço na Cabeça</b> | Aquando da presença da mulher em imagens, a mesma aparece constantemente de lenço na cabeça, não necessariamente em primeiro plano. Em algumas situações de cara tapada.   |

## **Anexo 2 – Guiões de Entrevista**

### **2.1. Guião de Entrevista – Refugiados**

#### **Como tomou a decisão de partir do seu país?**

- Causas
- Qual o país
- Data da partida
- Veio sozinho/acompanhado/quem

#### **Como e quando chegou a Portugal?**

- Rota
- Meio de transporte
- Esteve em outro país

- Datas

### **Porquê Portugal?**

- Iniciativa própria
- Recomendação
- Tinha cá família

### **Como foi na fronteira?**

- Esperou
- Sentiu autoridade
- Sentiu que tinha de ser submisso
- Agência
- Desespero
- Sentiu-se abandonado

### **Considera ficar? Porquê?**

- Qualquer que seja a resposta, porquê?

### **Como está a ser o seu acolhimento?**

- Onde vive
- Trabalha
- Como ocupa o seu tempo

### **O que se alterou na sua vida e no seu comportamento?**

- A adaptação
- Como era no país de origem
- Como é em Portugal

### **Expectativas em relação ao futuro?**

- Planos
- Objetivos
- Profissão

## 2.2. Guião de Entrevista – Trabalhadores Humanitários

### **Como chegou aos Refugiados? Qual a sua motivação para ir ajudar?**

- O porquê de ter ido para a fronteira ajudar
- Motivação pessoal
- Motivação profissional

### **Quando e onde esteve?**

- Local (país e local exato)
- Data
- Duração

### **Como era a sua vida? Como se sentia ao ver todas aquelas pessoas a chegar às fronteiras da Europa?**

- O dia-a-dia
- Algum impedimento pelos órgãos que geriam as fronteiras
- Principais sensações ao ajudar (via a individualidade, o coletivo)

### **Qual a sua representação das pessoas que ajudou? Qual a sua representação das mulheres que ajudou? Que ideia tem deles? Têm de ser ajudados?**

- Quem são?
- Como são?
- Como se apresentam?
- Como reagem?
- Mulheres usava lenço?
- Vulneráveis?
- Com agência?

### **Havia um padrão de desespero ou só de espera?**

- Desespero?



- Espera?
- Passividade?
- Abandono?

**Associa o refugiado a algum elemento presente na fronteira?**

- Arame farpado
- Campo de refugiados
- Linhas férreas

**Em termos de género, qual tem maior representatividade nas fronteiras?**

- Mais homens?
- Mais mulheres?
- Mais crianças?
- Mais famílias?

**A sua experiência concretizou a ideia que tinhas destas pessoas ou desconstruiu?**

- Qual a ideia que levava?
- Qual a ideia que trouxe?

**Qual foi a sua perceção no que diz respeito à relação entre os militares e as pessoas que chegavam às fronteiras?**

- Autoridade por parte dos militares?
- Minimização de quem chega?
- Submissão?

**Depois de ter estado na fronteira, o que sente ao ver as imagens na comunicação social portuguesa?**

- Considera uma representação coerente com aquilo que viveu na fronteira

**Se ajuda em Portugal, em alguma associação**

- Considera uma representação coerente com aquilo que vive no seu dia a dia com os refugiados

### 2.3. Guião de Entrevista – Fotografia

**Como chegaste aos Refugiados? Qual a tua motivação para ir fotografa-los?**

- O porquê de ter ido para a fronteira fotografar
- Motivação pessoal
- Motivação profissional

**Quando e onde estiveste?**

- Local (país e local exato)
- Data
- Duração

**Como era a tua vida? Conseguias fotografar da forma que querias? Como te sentias ao ver todas aquelas pessoas a chegar às fronteiras da Europa?**

- O dia-a-dia
- Algum impedimento pelos órgãos que geriam as fronteiras
- Principais sensações ao fotografar (via a individualidade, o coletivo)

**Qual a tua representação das pessoas que fotografaste? Qual a tua representação das mulheres que fotografaste? Que ideia tens deles? Têm de ser ajudados?**

- Quem são?
- Como são?
- Como se apresentam?
- Como reagem?
- Mulheres usava lenço?
- Vulneráveis?
- Com agência?

**Havia um padrão de desespero ou só de espera?**

- Desespero?
- Espera?
- Passividade?

**Associas o refugiado a algum elemento presente na fronteira?**

- Arame farpado
- Campo de refugiados
- Linhas férreas

**Fotografavas o que estava disponível ou ias à procura de algo em específico? Se sim, qual era a tua finalidade com essas imagens?**

- Ideologia? Plano? Cores?

**Em termos de género, qual tem maior representatividade nas fronteiras?**

- Mais homens?
- Mais mulheres?
- Mais crianças?
- Mais famílias?

**A tua experiência concretizou a ideia que tinhas destas pessoas ou desconstruiu?**

- Qual a ideia que levava?
- Qual a ideia que trouxe?

**Qual foi a tua perceção no que diz respeito à relação entre os militares e as pessoas que chegavam às fronteiras?**

- Autoridade por parte dos militares?
- Minimização de quem chega?
- Submissão?